



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGINHA - MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PLANO MUNICIPAL
QUADRIENAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DO
MUNICÍPIO DE VARGINHA -MG
2017 / 2020



Varginha - MG

Março / 2017



**PLANO MUNICIPAL
QUADRIENAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DO
MUNICÍPIO DE
VARGINHA -MG**

2017 / 2020





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGINHA – MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
GESTÃO 2017/2020

Antônio Silva

Prefeito Municipal

Verdi Lúcio Melo

Vice-Prefeito

Francisco Graça De Moura

Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social

(Gestor da Política Pública Municipal de Assistência Social)

Ricardo Maurício Bandoni

Chefe do Departamento de Habitação

Racibe Faria

Chefe do Departamento de Desenvolvimento Social

Rodrigo Olegário Da Silva

Chefe do Serviço de Programas Sociais

Thais Mendes Pereira

Coordenadora do Setor de Vigilância Socioassistencial

Maria Efigênia Neves De Sousa

Coordenadora da Proteção Social Básica

Viviane Capitani Ferreira

Coordenadora da Proteção Social Especial de Média Complexidade

Mairtes Bregalda

Coordenadora da Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Anny Meiry Albinati Ramos

Assessora Executiva do Gabinete do Secretário de Habitação e Desenvolvimento Social

Luiz Otávio De Oliveira Pala

Responsável pelo Levantamento e Tabulação dos Dados do Diagnóstico Social

REVISÃO TÉCNICA E EDIÇÃO FINAL:

Francisco Graça de Moura

Thais Mendes Pereira

Viviane Capitani Ferreira

Valéria Aparecida Naves Damião Nascimento

José Vitor do Nascimento

CARTA DE APRESENTAÇÃO

O Planejamento é uma atividade recente na história das organizações. Surge em decorrência da crescente complexidade das demandas da sociedade. Suas atividades têm dimensões abrangentes, compreendendo todo o processo de gestão, iniciando pela definição da missão institucional, da visão, da avaliação do desempenho e dos resultados pretendidos (metas a alcançar).

Pode ser entendido, também, como o conjunto de ações desenvolvidas, de forma sistemática e continuada, visando a selecionar os meios disponíveis para a realização de resultados pretendidos de forma mais eficiente.

Planificar é definir prioridades, é definir, com antecedência, objetivos, ações e metas utilizando-se de uma metodologia predefinida. Não deve ser estático, visto o dinamismo da sociedade e da economia. Por esta razão, faz-se necessário, na escolha do modelo lógico, definir os processos de decisão e avaliação para adoção de ajustes e revisão de rumos com celeridade.

O planejamento de longo prazo, nos dias de hoje, exige atenção aos requisitos da sustentabilidade ampla e da governabilidade, atendendo aos condicionantes sociais, econômicos, políticos e ambientais. Há necessidade de submeter as propostas do governo a um amplo processo de negociação com os diversos setores da sociedade, para garantir que as escolhas atendam aos anseios da sociedade e obtenham seu apoio para implementação.

Com base nesses conceitos e premissas é que adotamos na elaboração deste **PLANO QUADRIENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** a metodologia do **Planejamento Estratégico Situacional – PES**, o qual considera que a arte de governar implica em articular as variáveis de governabilidade, governança e projeto de governo.

Este **PLANO QUADRIENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 2017/2020** inaugura um novo conceito no contexto da política social pública de Varginha, ao partir do pressuposto básico de que é preciso também que se chegue à satisfação igualitária das necessidades. É preciso que se dê uma olhada entrópica que nos estabeleça que, nas diferenças de consumo e de acesso a bens e serviços, movem-se velhos elementos que o capitalismo não esqueceu e que funcionam com base numa monopolização, **que por sua vez produz desequilíbrios profundos que quase sempre atingem os setores mais vulneráveis da população.** Talvez isso signifique pensar em outras formas de produção e redistribuição e, nesse sentido, não se deve apostar somente no simples crescimento quantitativo, **mas sim numa redistribuição que permita desmontar mecanismos de exclusão.**

Constrói-se uma nova autonomia do social. Diante do discurso economicista é preciso deixar muito claro que existirá democracia real se na sociedade houver espaço e sentido para as minorias, ou seja, só se chega à coesão social quando a exclusão é incluída. É o reconhecimento de que entre o Estado e o indivíduo existe a mediação do social e que o mercado opera em condições sociais e culturais específicas.

Mas não é suficiente gerar uma inclusão por doação dos incluídos. Faz-se também necessário encontrar os mecanismos mediante os quais os excluídos construam a sua própria inclusão num mundo no qual muito do democrático está no terreno do comunicativo, ou seja, é preciso gerar formas de democracia direta. A democracia precisa de uma permanente renovação e, por isso, a adequação deve considerar as novas realidades tecnológicas, assim como a interação destas com a sociedade. Há que tornar real aquilo que funciona e existe desde diversos interesses no universo político. É nesse ponto que a ideia de democracia radical aparece com um perfil próprio.

Esse fenômeno mostra-nos com muita clareza a necessidade de construir formas diferentes de organização, as quais nos garantam o acesso e as possibilidades e nos permitirá tecer novas redes organizativas e fazer nascer novas solidariedades.

Francisco Graça de Moura

Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento social.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. OBJETIVOS DO PLANO	9
2.1. Objetivo Geral	9
2.2. Objetivos Específicos	9
3. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM VARGINHA, MG	10
4. DIAGNÓSTICO SOCIAL.....	14
4.1 Metodologia do Levantamento dos Dados	14
4.2 Dados Gerais do Município	15
4.3 Indicadores Regionalizados	22
4.4 Indicadores de Atendimentos Realizados	26
5. QUADRO DE METAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS	39
6. INDICADORES DE MONITORAMENTO DE AVALIAÇÃO	72
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	73
ANEXOS	75

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a Assistência Social é uma Política da Seguridade Social não contributiva organizada por um sistema descentralizado e participativo, o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), o qual visa prover os mínimos sociais necessários ao cidadão, bem como tem por objetivos a proteção integral à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à senilidade; e, ainda, a promoção da integração ao mercado de trabalho; habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência; o enfrentamento da pobreza e a universalização dos Direitos Sociais, atuando de forma territorializada e intersetorial com as demais Políticas Públicas Setoriais, tendo como foco, contribuir com a inclusão e equidade dos usuários e grupos atendidos; e assegurar que as ações tenham centralidade na família e garantam a convivência familiar e comunitária.

A Assistência Social se apresenta em três níveis de Proteção Social: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Ressaltando-se que, nesse contexto, a organização do planejamento e da gestão é crucial para o desenvolvimento de um trabalho que, de fato, compreenda a amplitude das ações propostas, bem como que atenda às reais demandas do público atendido por esta política. Nessa perspectiva, a Vigilância Socioassistencial se distingue como um importante serviço e tem como objetivo principal a produção de conhecimentos específicos aplicados ao planejamento e desenvolvimento da Política de Assistência Social, ou seja, apresenta a relação entre as necessidades e demandas de proteção social no âmbito desta política e as respostas da mesma em termos de oferta de serviços e benefícios à população, ampliando a capacidade de Proteção e Defesa dos Direitos inerentes à concepção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Destaca-se que uma Política Pública se define como um conjunto de serviços, programas e projetos que tem financiamento e comando governamental. Isso significa que o poder público, em todos os seus níveis, é o responsável final pela Política Pública de Assistência Social.

Como o SUAS se caracteriza como um sistema descentralizado, o Governo Municipal é o principal agente de sua execução, havendo também responsabilidades específicas dos Estados e do Governo Federal, principalmente no que diz respeito ao financiamento.

Sendo um modelo participativo, o SUAS prevê também a atuação de Conselhos de Direitos nas esferas municipais, estaduais e federal; realização de Conferências e a participação popular

direta no planejamento e desenvolvimento das ações junto aos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e serviços de alta complexidade.

É importante considerar também que as violações ou ameaças de violação a direitos estão, em grande parte, ligadas às condições de vida de comunidades em locais que concentram famílias mais pobres ou que não fornecem condições de acesso às políticas sociais básicas e à infraestrutura urbana e, assim, a estratégia fundamental para a garantia da integralidade dos direitos é a abordagem territorial.

Nessa perspectiva, o funcionamento da Assistência Social se dá a partir da identificação desses territórios de prioridade, a fim de buscar transformações estruturais e permanentes nas condições de vida das comunidades ali residentes. Contudo, essa atenção não significa o abandono do atendimento aos casos existentes em outras regiões da cidade, mas sim indicando a necessidade de priorizar esforços e investimentos nos territórios apontados como prioritários.

A identificação dos territórios de prioridade se deu por meio da realização de um diagnóstico social territorializado, realizado entre agosto de 2016 a fevereiro de 2017 e teve como objetivo o levantamento de indicadores e identificação de territórios prioritários dentro do município com intuito de planejar ações que favoreçam transformações estruturais e permanentes nas condições de vida da população atendida. A metodologia de trabalho se deu através de levantamento de informações em banco de dados oficiais e divisão da cidade em diferentes áreas, o que proporcionou informações relativas às situações de vulnerabilidade vivenciadas nas regiões e acesso às políticas públicas. Porém, a identificação dos territórios de prioridade não significa, no entanto, que a política de Assistência Social é a única responsável pela alteração das condições de vida ali existentes, a fim de garantir a integralidade dos direitos.

A transformação territorial é uma responsabilidade de Governo, na qual a Assistência Social tem seu papel específico, mas que exige a integração todas as Políticas Públicas, em especial, as de Saúde, Educação, Habitação, Infraestrutura Urbana e Segurança Pública.

A Norma Operacional Básica da Assistência Social (2005) é explícita a esse respeito quando, na definição da Proteção Social, afirma a importância da intersetorialidade com as demais políticas públicas para a efetivação da proteção social.

O Plano Municipal de Assistência Social de Varginha – MG para o quadriênio 2017 - 2020 aqui apresentado foi elaborado de acordo com os princípios e definições do SUAS. Ele é um marco

da continuidade do compromisso assumido pelo Governo Municipal quando construiu o primeiro Plano Municipal de Assistência Social de consolidar e aprofundar o SUAS dentro da perspectiva da garantia de direitos e transformação dos territórios de prioridade.

O Diagnóstico Social territorializado foi atualizado com a identificação de territórios de prioridade e questões críticas do município ao mesmo tempo em que foram definidas ações estruturantes para que a Assistência Social possa desempenhar seu papel. O Plano Municipal de Assistência Social de Varginha – MG para o quadriênio 2017 – 2020 consolida esse conjunto de decisões.

2. OBJETIVOS DO PLANO

2.1. Objetivo Geral

Este Plano Municipal de Assistência Social objetiva reunir toda a demanda de aprimoramento da Política Municipal de Assistência Social na gestão do SUAS, envolvendo os serviços, programas, projetos e benefícios ofertados, a sua gestão, e os mecanismos de participação e controle social, fixando diretrizes, estratégias, ações e metas para sua contemplação, bem como formas de realizar o acompanhamento do seu desenvolvimento, o monitoramento e avaliação.

2.2. Objetivos Específicos

- Relacionar os principais indicadores socioeconômicos municipais, estabelecendo um perfil socioterritorial que contribua para proporcionar a compreensão acerca dos principais problemas e vulnerabilidades sociais que demandam atenção das Políticas Públicas, em especial da Política Municipal de Assistência Social;
- Descrever o trabalho realizado no âmbito da Política Municipal de Assistência Social;
- Agrupar as várias demandas para a Política de Assistência Social;
- Organizar as demandas em quadros de ações estratégicas fixando: prazo, propostas, responsáveis, resultados esperados e atividades previstas.

3. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM VARGINHA, MG

A Constituição Federal de 1988 inseriu a Assistência Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, no tripé da Seguridade Social concebendo-a como Política Pública, direito do cidadão e dever do Estado. O artigo constitucional 203 define que a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de prévia contribuição à seguridade social, tendo por objetivos:

I - A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - O amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - A promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso desde que comprovada a impossibilidade de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme assegurado em lei.

Em 1993 com a aprovação da Lei Federal nº 8.742, denominada Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), ficou estabelecida a primazia da responsabilidade do Estado na condução das ações e seu comando único das ações em cada esfera de governo, além da previsão da participação da sociedade civil na condução da política como diretrizes da Assistência Social brasileira. Esta lei foi recentemente alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, que incorporou conteúdos já presentes na operacionalização desta política desde 2004, quando o Conselho Nacional de Assistência Social aprovou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Já a Norma Operacional Básica estabelece que as ações socioassistenciais sejam concebidas como proteção social às famílias em situação de vulnerabilidade social. Neste sentido, essa política busca desenvolver três funções principais para assegurar sua prestação enquanto direito do cidadão e dever do Estado, incorporadas à LOAS a partir do texto da nova “Lei do SUAS”, quais sejam: a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa social e institucional.

No tocante à proteção social, a PNAS estabelece que o campo de ação desta política deve-se garantir: 1) Segurança de rendimento; 2) Segurança de acolhida; 3) Segurança de convívio. Para

cumprimento dessas funções, no tocante à garantia de Proteção Social, a política de Assistência Social passa a ser organizada da seguinte forma: Rede de Proteção Social Básica e Rede de Proteção Social Especial, de modo que todas as seguranças previstas sejam alicerçadas.

Em consonância com as diretrizes nacionais, também a Política Municipal de Assistência Social deve se voltar com prioridade para o desenvolvimento, além da proteção social, das outras duas funções atribuídas a esta área de política pública: a vigilância socioassistencial e a defesa social e institucional.

A Vigilância Socioassistencial é relacionada ao conhecimento das vulnerabilidades sociais da população e dos territórios, a partir da análise, produção e sistematização de informações, indicadores e índices territorializados da incidência dessas situações sobre indivíduos e famílias nos diferentes ciclos de vida. Segundo a Lei 12.435/2011, visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e a ocorrência de vulnerabilidades e ameaças.

A Defesa Social e institucional implica na garantia do direito do usuário de acesso à Proteção Social Básica e Especial para a busca de condições de autonomia, resiliência e sustentabilidade, protagonismo, acesso a oportunidades, capacitações, serviços, condições de convívio e socialização.

Deste modo e tendo em vista que uma política descentralizada atribui à esfera local responsabilidades específicas nas provisões e garantias de direitos, torna-se condição imperativa para o desenvolvimento desta área que a Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social de Varginha – MG, amplie, estruture e qualifique sua rede socioassistencial sob os moldes da nova legislação nacional.

Tal perspectiva requer a garantia de recursos orçamentários e financeiros em escala crescente ano a ano, com vistas a assegurar investimentos em todos os campos, quais sejam: provisão de recursos humanos efetivos para a prestação dos serviços exclusivamente públicos e de gestão da política; garantia da manutenção dos serviços já existentes, cumprindo o caráter de continuidade das ofertas da assistência social; implantação de novos serviços de acordo com o diagnóstico social e dados da vigilância socioassistencial; construção de estruturas públicas adequadas para o funcionamento dos serviços e reforma das estruturas atuais onde funcionam algumas unidades, cumprindo as normativas legais relacionadas às condições de oferta dos mesmos; incremento dos materiais e equipamentos necessários às provisões desta política pública, a fim de imprimir a marca da qualidade a essas ofertas; garantia de condições para o exercício do controle

social, especialmente a manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social e a realização de Conferências Municipais da Assistência Social; publicação de materiais informativos e formativos sobre a Assistência Social, com a edição de periódicos e materiais gráficos sobre a área; além da manutenção dos recursos suficientes, ano a ano, para realizar o repasse para cofinanciamento dos serviços complementares desta política prestados pela rede não governamental; dentre outras atividades relacionadas à prestação qualificada dos serviços, benefícios, programas e projetos a ela vinculados.

A observação de todas as questões acima relacionadas, relativas à gestão e à prestação dos serviços, faz-se necessária para que a Política Municipal de Assistência Social, em Varginha - MG, se desenvolva de forma plena, ou seja, assegurando os preceitos constitucionais e legais que regem esta Política Pública nacionalmente e aprofundando cada vez mais o acesso aos direitos socioassistenciais no Município, de modo a primar, sempre, pela participação popular e pelo exercício do controle social exercido pelo Conselho Municipal de Assistência Social. O município de Varginha – MG busca gerir a Política Pública de Assistência Social de forma a atender todas as orientações e legislações vigentes planejando suas ações em consonância com o que preconizado pelo SUAS.

Nessa perspectiva, este Plano visa desenvolver e apoiar ações voltadas à Proteção Social Básica e Especial de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco sociais, garantindo-lhes o aprofundamento das seguranças estabelecidas no SUAS. Para tanto, se organiza em três níveis de proteção e conta com estrutura de gestão conforme descrição abaixo:

Gestão: Gerenciar a Política de Assistência Social no Município de Varginha, exercendo a coordenação do SUAS nesse âmbito, promovendo qualificação e aperfeiçoamento para funcionamento dos serviços, a viabilização de infraestrutura para esta Política e a articulação entre os diversos serviços, conselhos e outras áreas de Políticas Públicas para desenvolvimento das ações, na perspectiva da intersetorialidade e complementaridade, com vistas à promoção do desenvolvimento da qualidade de vida das famílias atendidas; na perspectiva da gestão democrática e participativa, com respeito às instâncias de controle social. Dentro desta perspectiva o município de Varginha possui o Órgão Gestor estruturado de forma que possibilite o gerenciamento da Política Pública de Assistência Social através dos seguintes setores: Setor de Vigilância Socioassistencial, Departamento de Desenvolvimento Social, Setor de Serviços e Programas Sociais, Setor Operacional e Administrativo, Departamento de Habitação, Setor de Segurança Alimentar e

Nutricional, Setor Técnico da Gestão (Convênios e Contratos, Gestão Financeira e Orçamentária, Requisições, Transferência de Renda, Setor de Acessibilidade e Mobilidade Urbana, Setor de Articulação Institucional dos Conselhos e Atendimento Social e Setor de Gratuidade no Transporte Coletivo).

Proteção Social Básica: Visa prevenir situações de risco, atendendo famílias e indivíduos nas diferentes fases do ciclo geracional, que se encontrem em situação de vulnerabilidade social. Assume como foco de atuação a ação preventiva, protetiva e proativa, reconhecendo a importância de responder às necessidades humanas de forma integral, para além da atenção às situações emergenciais. Sendo responsável por ofertar os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Em Varginha a oferta é realizada em cinco unidades de Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e uma unidade de Centro de Convivência do Idosos (CCI).

Proteção Social Especial de Média Complexidade: Visa atender famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social decorrentes da exposição a situações de extrema vulnerabilidade, tais como: abandono, violência física, psíquica e/ou sexual, situação de rua, trabalho infantil, entre outras que caracterizam o fenômeno da exclusão social, visando à superação das situações de vulnerabilidade e risco identificadas e a inserção em serviços da Política de Assistência Social prestados nas unidades de média e alta complexidade da rede de serviços governamental e não governamental, em articulação com o Sistema de Garantia de Direitos. Sendo responsável por ofertar os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade; Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias. Em Varginha, a oferta é realizada em uma unidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e uma unidade do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP).

Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Visa atender famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem, ofertando proteção integral aos

mesmos. Garante o acolhimento em ambiente com estrutura física adequada, além de ter a prerrogativa de assegurar o fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitários e o desenvolvimento da autonomia dos usuários. Em Varginha, a oferta é realizada em três unidades de Casas Lares, uma unidade de Residência Inclusiva, uma unidade de Residência para Idosos, uma unidade de Abrigo Institucional para Indivíduos e Famílias em Situação de Rua e convênio com uma Instituição de Longa Permanência para Idosos.

O município também possui mecanismos de participação e controle social, como os conselhos de garantia de direitos e as conferências municipais, que, com representatividade paritária, coparticipam da Política de Assistência Social desde o planejamento até a execução.

4. DIAGNÓSTICO SOCIAL

4.1 Metodologia do Levantamento dos Dados

O presente estudo tem por objetivo avaliar uma gama de índices associados aos atendimentos e políticas da Secretária Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social (SEHAD) do Município de Varginha/MG. Para tal, foram levantados diversos indicadores a nível municipal e regional. Entretanto, para concretização das estimativas utilizou-se as plataformas de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS), Secretaria Municipal de Saúde do Município de Varginha, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e a Plataforma *DeepAsk*¹.

Nesse sentido, o estudo alocou as sub-regiões indexadas a cada Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município, tendo como base as regiões censitárias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Vale ressaltar que este município opera com cinco equipamentos de CRAS, distribuídos ao longo da cidade, alocados em áreas estratégicas e consideradas acessíveis a população.

Em suma, será apresentada uma síntese das localidades e métodos utilizados para a concretização deste estudo, sendo que, basicamente, foram utilizados métodos de estimação de

¹**Nota:** A plataforma *deepAsk* foi fundada em 2012 por Guy Bernardo Villela, desenvolvedor de softwares em áreas de saúde, formado em engenharia elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais.

médias, variabilidade e associabilidade entre os indicadores. A priori, a população foi distribuída e alocada ao centro de atendimento associada a cada bairro ou setor. Dessa forma, as regiões de caráter prioritário foram examinadas separadamente.

Entende-se que ocorreram mudanças das características populacionais, habitacionais e sociais dentro do município após o último censo demográfico, realizado no ano de 2010. Porém, pesquisas contínuas são necessárias para avaliar as melhorias das condições de políticas propostas pelas unidades de referência da Assistência Social do município.

4.2 Dados Gerais do Município

As informações do município foram dispostas em tabelas e pensadas em forma de indicadores por áreas de atuação. Assim, serão apresentados abaixo esses indicadores, iniciando-se pela Tabela 1, que aponta algumas características demográficas do município.

Tabela 1: Características demográficas do município de Varginha/MG.

Indicadores	Total	Características
População residente	123.081 Habitantes	Censo demográfico, 2010.
População estimada	133.384 Habitantes	IBGE, 2016.
Densidade demográfica	311,29	Hab. /km ²

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.

Nota-se um crescimento populacional do município a partir do ano de 2010. Ainda em relação à distribuição populacional, o município apresentava 48,7% de habitantes do sexo masculino e 51,3% do sexo feminino. No mesmo ano, 2010, a população residente era basicamente urbana, correspondendo a 96,7% do número de habitantes (IBGE, 2017). No contexto das condições econômicas, a população ocupada do município de Varginha correspondia a 45.338 pessoas, um indicador acima da média nacional, no ano de 2012 (DeepAsk, 2017). Vale ressaltar, entende-se como população ocupada as pessoas que tinham trabalho na semana anterior à pesquisa (IBGE, 2017). Neste setor, renda e trabalho, a participação da mulher no mercado de trabalho formal correspondia a 40,8% no ano de 2014.

INDICADORES DEMOGRÁFICOS

A partir de agora, serão analisados e discutidos pontos aprofundados em relação à distribuição populacional do município. Estes serão estruturados pela Tabela 2, nota-se uma taxa de fertilidade na adolescência de 45.53 nascimentos a cada mil mulheres com idade entre 15 e 19 anos, um indicador abaixo da média nacional (DeepAsk, 2013).

Tabela 2: Indicadores associados a níveis de condição de saúde e qualidade de vida do município.

Indicador	Média	Características
Média de moradores	3,27	Dado pela média de moradores por domicílios no ano de 2010.
População com deficiência auditiva, motora ou visual	811	Declarados em situação de “não conseguem ouvir, enxergar ou ler, de modo algum” (IBGE, 2010).
Crianças de 0 a 14 anos com deficiência física	185	Cadastradas entre Junho e Dezembro de 2015 (IBGE, 2015).
Taxa de fertilidade na adolescência	45,53	Indicador correspondente a cada mil mulheres de 15 a 19 anos (DeepAsk, 2013).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; DeepAsk, 2017.

INDICADORES DE RENDA

Os Indicadores de renda estão diretamente associados às condições de saúde e habitação dos indivíduos. Desta forma, foram estimados níveis de renda média entre gêneros, faixas etárias e diferentes localidades. Nesse sentido, são apresentados pela Tabela 3 os valores médios de rendimento e condições de renda do município.

Tabela 3: Condições de renda dos moradores, resultados de estimações a nível municipal.

Indicador	Média	Características
Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza	0,6%	IBGE, 2010.
Proporção de pessoas entre a linha de pobreza e indigência	3,5%	IBGE, 2010.
População de 15 a 19 anos ocupada	3524	Em situação economicamente ativa no ano de 2010 (IBGE, 2010).
População de 20 a 24 anos ocupada	7920	Em situação economicamente ativa no ano de 2010 (IBGE, 2010).
Rendimento mensal médio de jovens de 15 a 17 anos	R\$781,31.	Estimação realizada com base no ano de 2010, corrigidos inflacionalmente.
Rendimento mensal médio de jovens de 18 a 24 anos	R\$1.283,08.	Estimação realizada com base no ano de 2010, corrigidos inflacionalmente.
Renda per capita municipal	R\$904,57	Varginha ocupa o 6º lugar entre as 10 cidades com melhor renda per capita do sul de Minas (ATLAS, 2016).
Índice de desenvolvimento Humano IDHM – 2010	0,778	Este indicador varia entre zero e um. Quanto mais próximo de um, maior nível de desenvolvimento.
Número de pessoas admitidas em 2016	16838	Governo de Minas Gerais, 2016.
Número de pessoas desligadas em 2016	17143	Governo de Minas Gerais, 2016.
Saldo de empregos formais criados	-305	Governo de Minas Gerais, 2016.
Saldo de empregos formais (%)	-2,021	Minas em números, 2017.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do censo demográfico de 2010.

Nota: Lista de indicadores apurados entre os meses de agosto de 2016 e janeiro de 2017. Desta forma, é possível haver mudanças, em médias, para dados atuais. Indicadores monetários foram corrigidos, considerando o mês base em 2016.

Após a análise de estudos municipais anteriores, constata-se o aumento do rendimento médio entre as faixas etárias mais jovens, uma característica considerada importante para a Assistência Social. Ressalta-se também a busca pela redução dos níveis de pobreza e indigência do município.

INDICADORES EDUCACIONAIS

Os indicadores educacionais apresentaram taxa média de conclusão do ensino fundamental de 65,2% em 2010 e de 57,5% no ensino médio (IBGE, 2010). Nesse sentido, nota-se a importância de controlar as distorções nos indicadores de idade série, pois apresentaram grandes disparidades entre os anos iniciais, finais e médio. No ano de 2015, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi estimado em 6,2 para os anos iniciais e 4,6 nos anos finais, este último não atingiu a meta de crescimento estipulada pelo índice. Em relação às condições e estruturas das escolas, o município contava com 49 escolas (INEP, 2015). Em relação aos indicadores de desempenho e aprovação no ensino público, constatou-se que os anos finais e ensino médio apresentaram maiores níveis de reprovação quando comparados aos anos iniciais. Esses indicadores foram expressos pela Tabela 4:

Tabela 4: Taxas de reprovação em níveis de ensino público no município de Varginha/MG.

Nível de Ensino	Média de reprovação	Características
Anos iniciais	4,10%	INEP, 2015.
Anos finais	11,5%	INEP, 2015.
Médio	10,2%	INEP, 2015.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por outro lado, confronta-se as taxas de reprovação com os percentuais médios de abandono. Estes são apresentados pela Tabela 5:

Tabela 5: Níveis de abandono entre as escolas públicas do município de Varginha/MG.

Nível de Ensino	Nível de abandono	Características
Anos iniciais	0,7%	INEP, 2015.
Anos finais	3,1%	INEP, 2015.
Médio	7,9%	INEP, 2015.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação aos níveis de abandono, fica expresso que, com o passar dos anos de estudo, as taxas de abandono tendem a aumentar, principalmente no ensino médio, onde as taxas de abandono superam o dobro dos anos finais.

INDICADORES DE SAÚDE

Neste ponto, serão discutidos alguns indicadores de saúde e saneamento básico, os quais merecem atenção em virtude de estarem associados à incidência de doenças. Assim, nota-se um percentual considerável de crianças menores de um ano com vacinação em dia, atingindo 96.1%, valor estimado no ano de 2014. De acordo com o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, a taxa de cobertura de vacinas na população atingiu 67.6%, considerando 25.923 doses aplicadas. A Tabela 6 expressa o percentual de cobertura de vacinas no ano de 2016:

Tabela 6: Taxas de cobertura de vacina no município em 2016.

Vacina	Taxa de cobertura	Características
Hepatite B ²	71,89	-
Hepatite A	76,22	-
BCG	76,35	-
Febre amarela	84,07	-

Fonte: Departamento de informática do Sistema Único de Saúde, 2016.

² Taxa de cobertura de vacinação em menores de um ano.

A partir da análise da taxa de cobertura de vacinas, ressalta-se o nível de cobertura acima de 71% para os tipos de vacina aqui listados. Com esse indicador, presume-se que gestantes e indivíduos estejam procurando, em média, mais atendimentos para adequação de vacinas. Esse é um fator considerável, já que o acompanhamento da gestante impacta diretamente nas condições do recém-nascido. Dessa forma, ao avaliar as condições das gestantes, aponta-se que 81% das crianças nascidas em 2014 apresentaram números de consultas de pré-natal superiores a sete, dos quais 85.4% decorreram de partos via cesariana. Dados mais recentes apontaram que, em 2015, 96% das gestantes foram acompanhadas durante a gestação. De acordo com as análises propostas, ressalta-se que 12.5% dos nascidos em 2013 eram provenientes de mães adolescentes, resultando na ideia de que um a cada oito nascidos vivos é filho de mãe adolescente.

INDICADORES DE SANEAMENTO BÁSICO

Dando prosseguimento aos indicadores, as condições de saneamento básico apontaram um percentual de 98% de moradores urbanos com acesso à água ligada à rede; 99.5% dos moradores urbanos apresentaram esgoto sanitário dentro das conformidades e 99.8% dos moradores urbanos detinham de acesso aos serviços de coleta de resíduos (IBGE, 2016). Eles são apresentados, em síntese, pela Tabela abaixo:

Tabela 7: Taxas de cobertura de saneamento básico.

Indicador	Média	Características
Percentual de moradores urbanos com acesso à água ligada à rede	98%	IBGE, 2010.
Percentual de moradores urbanos com esgoto sanitário adequado	99,5%	IBGE, 2010.
Percentual de moradores urbanos com serviço de coleta de resíduos	99,8%	IBGE, 2010.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do censo demográfico de 2010.

INDICADORES HOSPITALARES E DE VIOLÊNCIA

A tabela abaixo apresenta alguns indicadores hospitalares e de violência que demandam estudo, avaliação e criação de estratégias conjuntas da Política de Assistência Social com as demais Políticas Públicas.

Tabela 8: Indicadores hospitalares e de violência.

Indicador	Média	Características
Taxa de suicídios – a cada cem mil habitantes	12,29	(acima de média nacional) (DeepAsk, 2017)
Taxa de mortalidade no trânsito – a cada cem mil habitantes	26,13	(acima da média nacional) (DeepAsk, 2017)
Taxa de mortalidade de mulheres no trânsito – a cada cem mil habitantes	11,93	(DeepAsk, 2017)
Taxa de mortalidade de homens no trânsito – a cada cem mil habitantes	41,23	(DeepAsk, 2017)
Taxa de mortalidade de pedestres por atropelamento – a cada cem mil habitantes	6,92	(DeepAsk, 2017)
Taxa de mortalidade de ocupantes de automóvel – a cada cem mil habitantes	18,44	(DeepAsk, 2017)
Número de crimes de lesão corporal consumado	398	Governo de Minas Gerais, 2016. (Até 10/2016)
Taxa de crimes de lesão corporal – a cada cem mil habitantes	298,3	*razão entre o número de crimes de lesão corporal e a população estimada em 2016.
Taxa de violência doméstica e familiar contra a mulher – a cada cem mil habitantes	8,26	SEDS, 2016.

Número de atendimentos de usuários de drogas em 2015	137	DATASUS, 2015.
Taxa de atendimentos de usuários de drogas em 2015 – a cada cem mil habitantes	102,7	*razão entre o número de atendimentos de usuários de drogas e a população residente.
Número de atendimentos relativos a saúde mental em 2015	6924	DATASUS, 2015.
Taxa de atendimentos relativos a saúde mental em 2015 – a cada cem mil habitantes	5,19	*razão entre o número de atendimentos relativos a saúde mental e a população residente.
Taxa de cobertura de centros de atenção psicossocial – a cada cem mil habitantes	1,51	DATASUS, 2015.

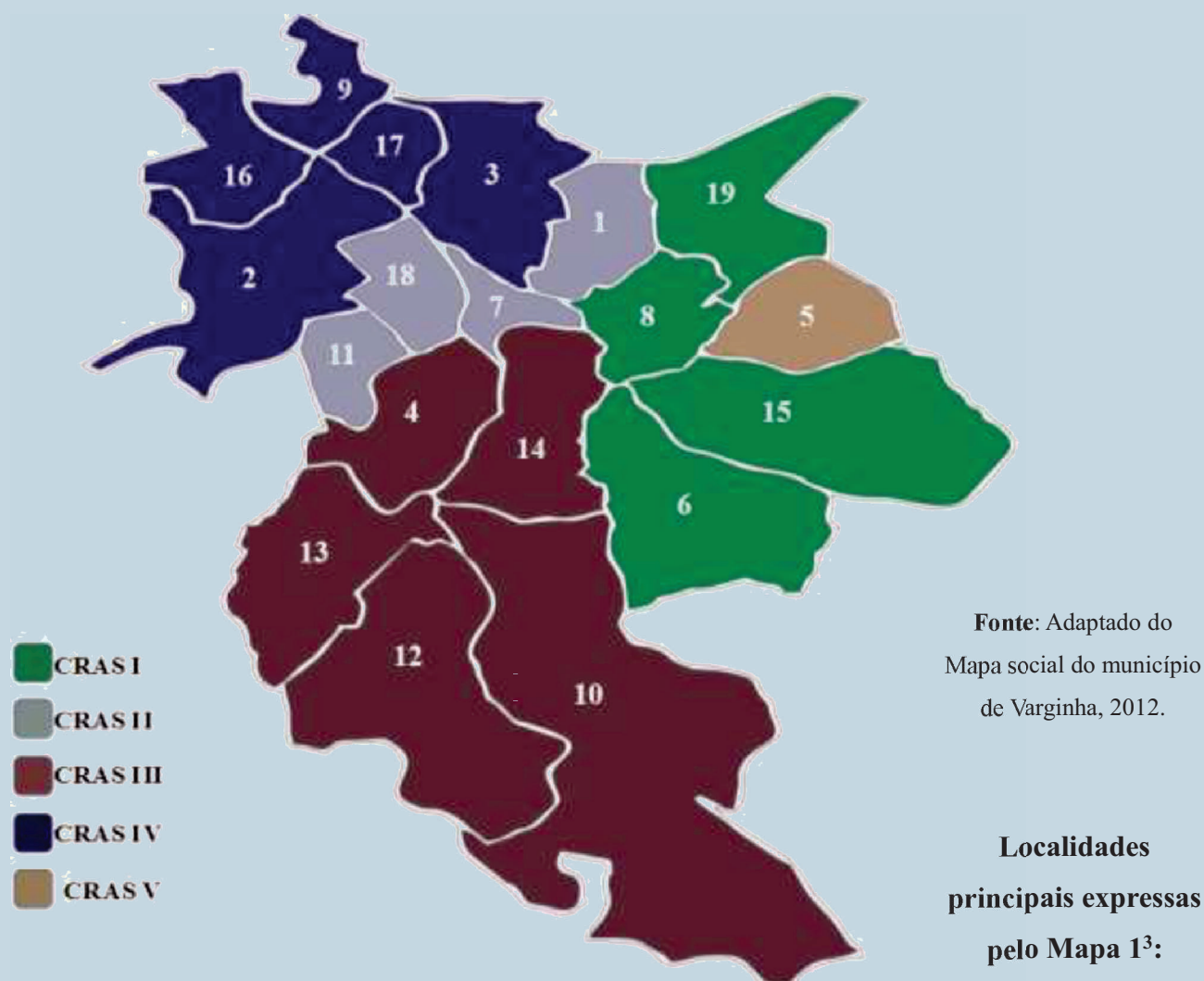
Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: Lista de indicadores apurados entre os meses de agosto de 2016 e janeiro de 2017. Dessa forma, é possível haver mudanças, em médias, para dados atuais.

4.3 Indicadores Regionalizados

A partir de agora, os indicadores serão distribuídos conforme as cinco unidades de CRAS. Vale ressaltar que a região do CRAS V, a qual compreende bairros e regiões próximas ao bairro Carvalhos, apresentou alguns empecilhos para metodologias de estimação, visto que, após a criação do bairro, não houve pesquisa oficial de indicadores sociais, e que essas pessoas eram residentes de outras localidades da cidade e suas informações já estão contabilizadas nas regiões de residência anterior. Nesse sentido, o Mapa 1 apresenta a distribuição dos setores de assistência.

Mapa 1: Distribuição das localidades de atendimento das unidades CRAS para o município de Varginha/MG.



[1] Barcelona	[5] Carvalhos	[9] Corcetti	[13] Santa Terezinha	[17] Pinheiros
[2] Bela Vista	[6] Centenário	[10] Rezende	[14] Jardim Andere	[18] Vila Pinto
[3] Campos Elísios	[7] Centro	[11] Fátima	[15] Padre Victor	[19] Vargem
[4] Canaã	[8] Cidade Nova	[12] Imaculada	[16] Parque Rinald	-

³**Nota:** Os bairros não referenciados pelo Mapa 1, estão contidos dentro dos bairros apontados como principais.

INDICADORES DEMOGRÁFICOS

Tabela 9: Indicadores demográficos por território de CRAS.

Indicador	CRAS I	CRAS II	CRAS III	CRAS IV	CRAS V
População Total	36.286	39.244	21.071	21.271	3.300
Proporção Populacional	29,5%	31,8%	17.1%	17,2%	2,6%
População Feminina	18.422	20.569	10.730	10.894	-
População Masculina	17.864	18.675	10.341	10.377	-
População Infantil	5.679	4.890	3.334	3.258	-
Proporção de Crianças	15.65%	12,46%	15,8%	14,9%	-
População Idosa	3.117	6.105	1.685	1.937	-
Proporção de Idosos	8.75%	15,55%	7,9%	9,1%	-
População Idosa Masculina	1.426	2.556	784	870	-
População Idosa Feminina	1.691	3.549	901	1.067	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do censo demográfico de 2010.

INDICADORES DE RENDA

Tabela 10: Indicadores de renda por território de CRAS.

Indicador	CRAS I	CRAS II	CRAS III	CRAS IV	CRAS V
Domicílios com renda de até 1/8 do salário	40	62	13	33	-
Domicílios com renda de até 1/4	279	225	133	148	-

Domicílios com renda entre ½ e 1	3.922	3.761	1.899	1.957	-
Renda média entre os jovens de 15 a 17 anos	R\$351,00	R\$362,73	R\$418,02	R\$407,80	-
Renda média entre os jovens de 18 e 19 anos	R\$573,00	R\$514,08	R\$550,24	R\$462,59	-
Renda média entre adultos de 20 e 21 anos	R\$701,21	R\$1085,94	R\$754,05	R\$619,53	-
Homens responsáveis pelos domicílios de extrema pobreza	20	30	3	19	-
Mulheres responsáveis pelos domicílios de extrema pobreza	20	32	10	14	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do censo demográfico de 2010.

INDICADORES EDUCACIONAIS

Tabela 11: Indicadores educacionais por território de CRAS.

Indicador	CRAS I	CRAS II	CRAS III	CRAS IV	CRAS V
Crianças Alfabetizadas	5.167	4.491	2.963	2.948	-
Adultos Alfabetizados	24.760	29.335	14.830	14.807	-
Taxa de Alfabetização	94,48%	95,67%	96,13%	94,9%	-
Número de Escolas Públicas	9	10	2	3	-
Número de Creches	5	7	2	3	-
Distorção Idade Série	6,62%	5,75	11,5%	7%	-
IDEB anos Iniciais	6,18	6,35	5,6	6,4	-
IDEB anos Finais	4,77	4,67	4,05	4,5	-
Escolas em Alerta IDEB	5	3	1	1	-
Taxa de aprovação média do 3º ano	94,93%	94,5%	90,9	95,2	-
Taxa de aprovação média do 6º ano	82,63%	85,38%	82,9	91,2	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do censo demográfico de 2010; INEP e Prefeitura Municipal.

4.4 Indicadores de Atendimentos Realizados

As tabelas e gráficos abaixo trazem informações relativas aos atendimentos prestados nas principais unidades de Assistência Social do município, sendo que as informações utilizadas para elaboração das mesmas foram obtidas através de registros mensais de atendimentos, consolidados diários e relatórios mensais e anuais das unidades. Os dados dos CRAS e CREAS são relativos ao período de janeiro de 2014 a julho de 2016, já os do Centro POP e Conselho Tutelar são do período de janeiro a dezembro de 2016. É válido ressaltar que os dados do Centro de Convivência do Idoso (CCI) estão dispostos nos CRAS das regiões de abrangência do mesmo.

A partir das informações, foi possível avaliar o quantitativo de atendimento das unidades e estabelecer um comparativo com o diagnóstico realizado para que as metas traçadas no presente plano pudessem estar em consonância com a realidade social do município e suas demandas, estabelecendo também padrão de coleta e registro de dados dos usuários, bem como dos atendimentos prestados, objetivos, metas e resultados obtidos, proporcionando assim relatórios padronizados que serão utilizados para atualização do diagnóstico e acompanhamentos das metas estabelecidas. Ressalta-se que as informações apresentadas no diagnóstico social, bem como nos indicadores de atendimentos representam apenas um resumo das informações e que o diagnóstico completo foi utilizado para construção do quadro lógico de metas do plano.

CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

Tabela 12: Indicadores de atendimentos dos CRAS.

Indicador	CRAS I	CRAS II	CRAS III	CRAS IV	CRAS V
Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF	3.428	7.143	3.183	3.985	2.841
Total de novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF durante o mês de referência	310	320	317	187	343
Total de famílias em situação de extrema pobreza	33	27	44	35	51
Total de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	83	59	73	41	185
Total de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em descumprimento de condicionais	27	8	15	5	68
Total de famílias com membros beneficiários do BPC	7	7	19	14	37
Total de famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	18	3	0	0	0
Total de famílias com crianças ou adolescentes em Serviço de Acolhimento	6	7	0	5	0

Total de atendimentos individualizados realizados	4.508	3.285	2.698	3.308	2.015
Total de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único	318	158	173	272	42
Total de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único	396	200	209	523	496
Total de Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC	137	112	32	73	20
Total de Famílias encaminhadas para o CREAS	62	75	26	43	35
Total de Visitas domiciliares realizadas	945	1.037	1.028	1.165	664
Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	3.267	6.314	3.237	2.943	1.700
Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos	317	107	435	410	32
Crianças/ adolescentes de 7 a 14 anos em Serv. de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	1.254	3.058	2.282	1.632	1.822
Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos	506	1.001	854	418	190
Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para idosos	882	2.815	1.701	1.571	270

Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado	1.329	1.362	1.811	3.168	1.330
Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF	129	51	369	150	30

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Registro Mensal de Atendimento (RMA); MDAS.

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)

Tabela 13: Indicadores de atendimentos do CREAS.

VOLUME DE FAMÍLIAS EM ACOMPANHAMENTO PELO PAEFI		
Total de casos em acompanhamento pelo PAEFI (A1)	382,96	Média mensal.
Novos casos (famílias ou indivíduos) inseridos no acompanhamento do PAEFI	20,75	Média mensal.
PERFIL DOS NOVOS CASOS INSERIDOS NO ACOMPANHAMENTO DO PAEFI		
Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	1,17	Média mensal.
Famílias com membros beneficiários do BPC	1,83	Média mensal.
Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	0	Média mensal.
Famílias com crianças ou adolescentes em Serviços de Acolhimento	0	Média mensal.
Famílias cuja situação de violência/ violação esteja associada ao uso abusivo de substâncias psicoativas	4,42	Média mensal.

QUANTIDADE E PERFIL DAS PESSOAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA OU VIOLAÇÕES DE DIREITOS QUE INGRESSARAM NO PAEFI, DURANTE O MÊS DE REFERÊNCIA

Quantidade de pessoas vitimadas, que ingressaram no PAEFI	19,42	Média mensal.
Crianças de 0 a 12 anos vitimadas, que ingressaram no PAEFI	4,46	Média mensal. *Crianças do sexo feminino apresentaram a maior média mensal.
Pessoas de 18 a 59 anos vitimadas, que ingressaram no PAEFI	7,21	Média mensal. *Mulheres apresentaram a maior média mensal.
Pessoas de 60 anos ou mais vitimadas, que ingressaram no PAEFI	5,71	Média mensal. *Mulheres apresentaram a maior média mensal.

CRIANÇAS OU ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA OU VIOLAÇÕES, QUE INGRESSARAM NO PAEFI

Crianças e adolescentes do sexo masculino vítimas de violência intrafamiliar	0,84	Média mensal.
Crianças e adolescentes do sexo feminino vítimas de violência intrafamiliar	1,21	Média mensal.
Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual	0,46	Média mensal. *Crianças do sexo feminino (0-12 anos) apresentaram a maior média.
Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual	0	Média mensal.

Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono	3,67	Média mensal. *Crianças do sexo masculino (0-12 anos) apresentaram a maior média.
Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos)	0,04	Média mensal.
IDOSOS EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA OU VIOLAÇÕES QUE INGRESSARAM NO PAEFI		
Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	1,13	Média mensal. *Mulheres apresentaram a maior média.
Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono	4,58	Média mensal. *Mulheres apresentaram a maior média.
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA OU VIOLAÇÕES QUE INGRESSARAM NO PAEFI		
Pessoas com deficiência, vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	0,21	Média mensal.
Pessoas com deficiência, vítimas de negligência ou abandono	0,92	Média mensal. *Homens (18 a 59 anos) apresentaram a maior média.
MULHERES ADULTAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR QUE INGRESSARAM NO PAEFI		
Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	5,67	Média mensal.

PESSOAS VÍTIMAS DE DISCRIMINAÇÃO POR ORIENTAÇÃO SEXUAL QUE INGRESSARAM NO PAEFI

Pessoas vítimas de discriminação por orientação sexual	0,04	Média mensal.
--	------	---------------

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA QUE INGRESSARAM NO PAEFI

Pessoas em situação de rua	0	Média mensal.
----------------------------	---	---------------

VOLUME DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Total de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC)	48,33	Média mensal.
Quantidade de adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida – LA	3,17	Média mensal.
Quantidade de adolescentes em cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC	41,58	Média mensal.

PERFIL DOS NOVOS ADOLESCENTES INSERIDOS NO SERVIÇO

Total de novos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC)	2,54	Média mensal. *Maior média para adolescentes do sexo masculino.
Novos adolescentes em cumprimento de LA, inseridos em acompanhamento	0,42	Média mensal. *Maior média para adolescentes do sexo masculino.
Novos adolescentes em cumprimento de PSC, inseridos em acompanhamento	2,08	Média mensal. *Maior média para adolescentes do sexo masculino.

QUANTIDADE E PERFIL DE PESSOAS ABORDADAS PELA EQUIPE DO SERVIÇO DE ABORDAGEM

Quantidade e perfil de pessoas abordadas pela equipe do Serviço de Abordagem	2,67	Média mensal. *Maior média para indivíduos do sexo masculino, com idade de 18 a 59 anos.
Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos)	0	Média mensal.
Crianças ou adolescentes em situação de exploração sexual	0	Média mensal.
Crianças ou adolescentes usuárias de crack ou outras drogas	0	Média mensal.
Pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas	0	Média mensal.
Migrantes	0,04	Média mensal.

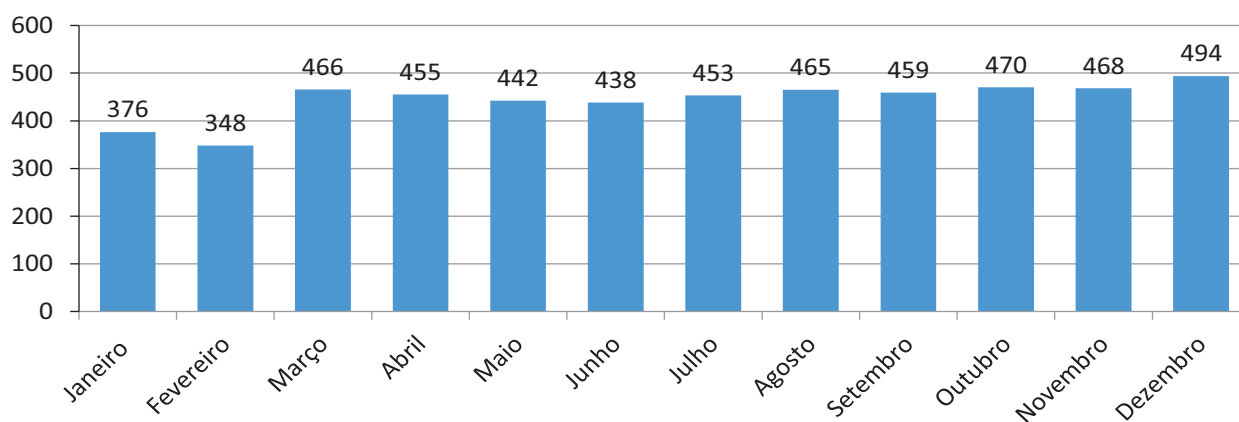
VOLUME DE ABORDAGENS REALIZADAS

Quantidade total de abordagens realizadas	26,46	Média mensal.
---	-------	---------------

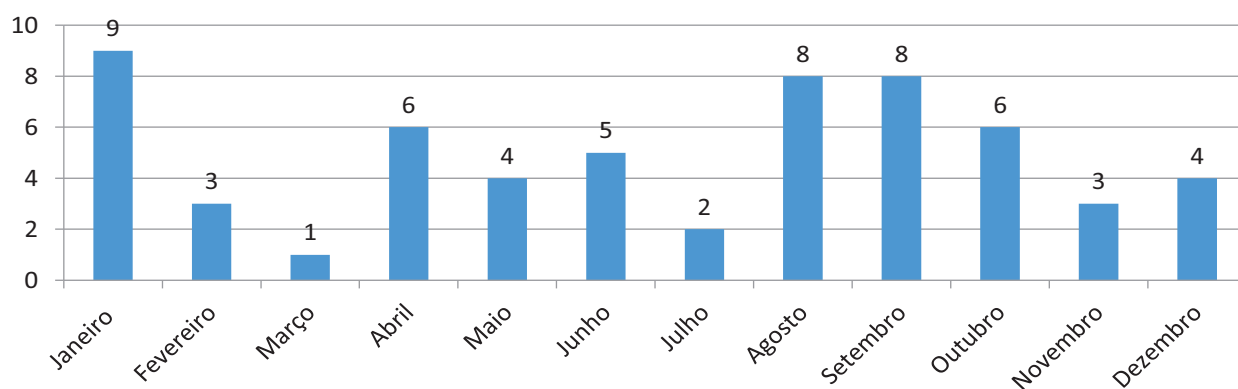
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Registro Mensal de Atendimentos (RMA); MDAS

Abaixo seguem gráficos relativos aos atendimentos realizados no CREAS no ano de 2016, que ilustram o número de atendimentos mensais em cada área.

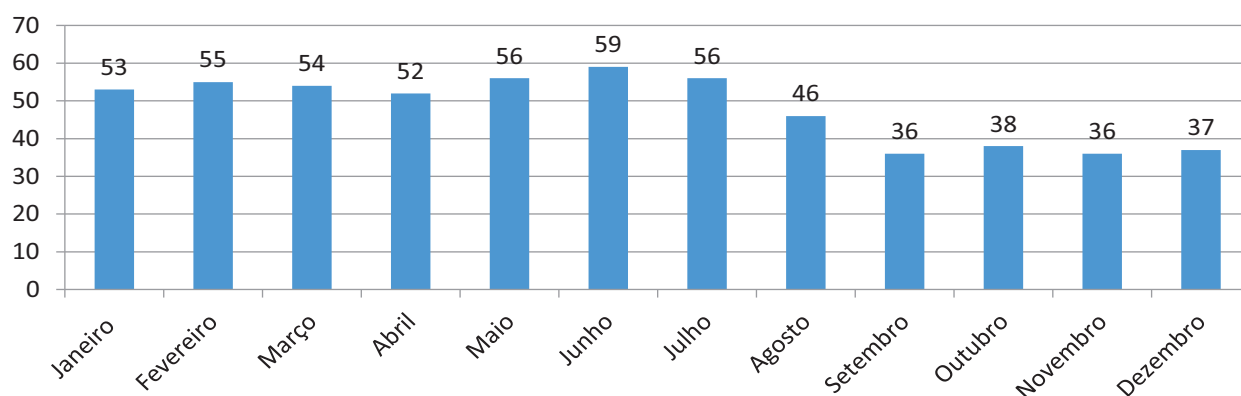
Número de famílias e ou indivíduos atendidos



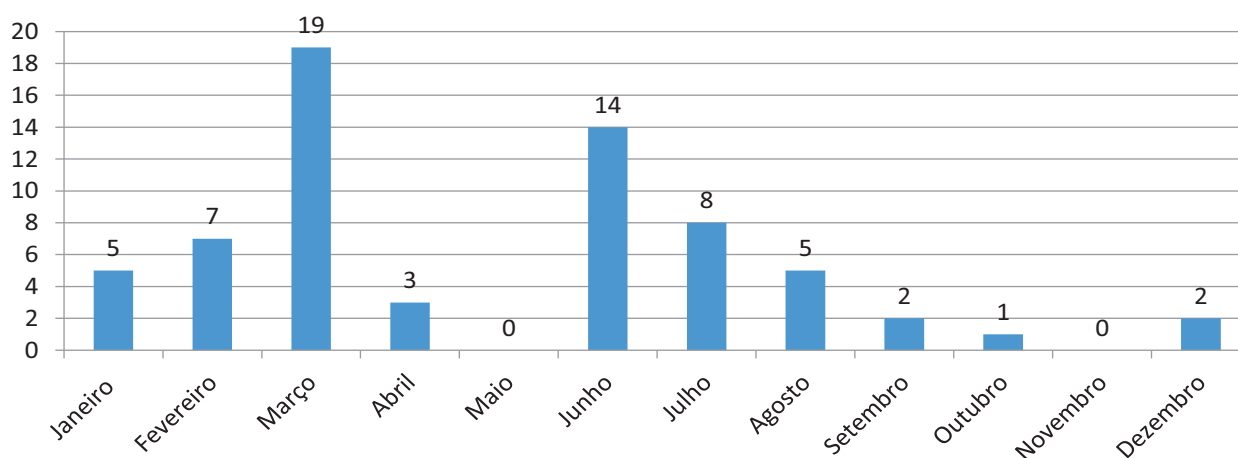
Violência Cometida Contra Crianças e Adolescentes



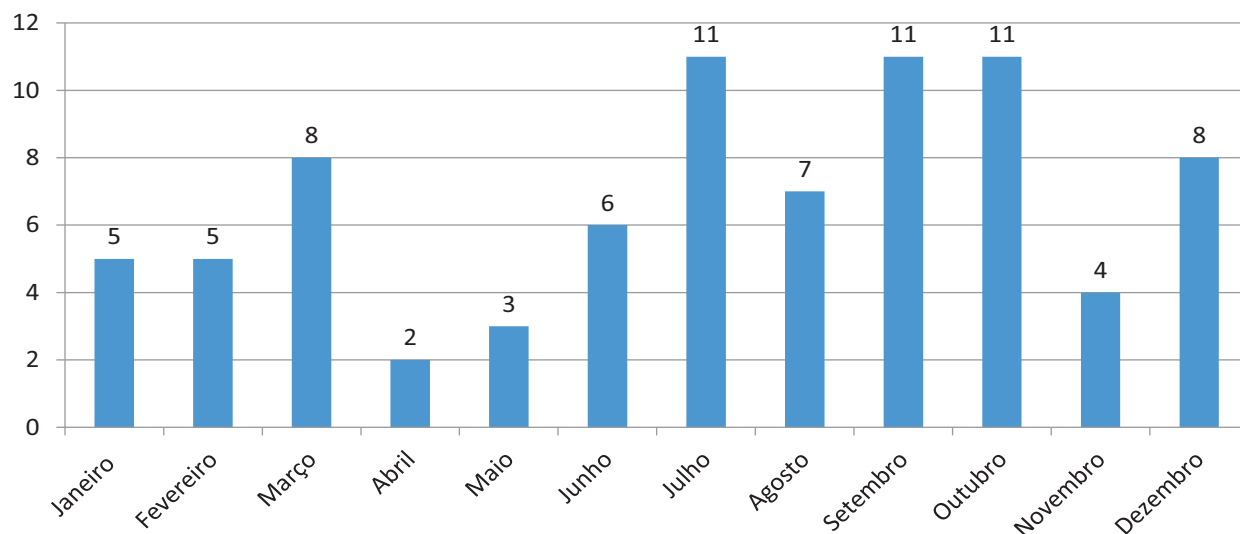
Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas



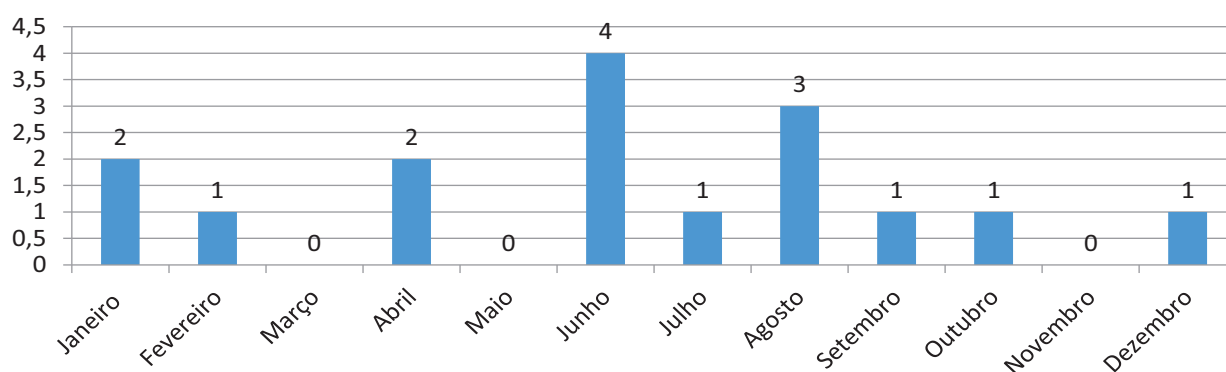
Violência cometida contra a Mulher



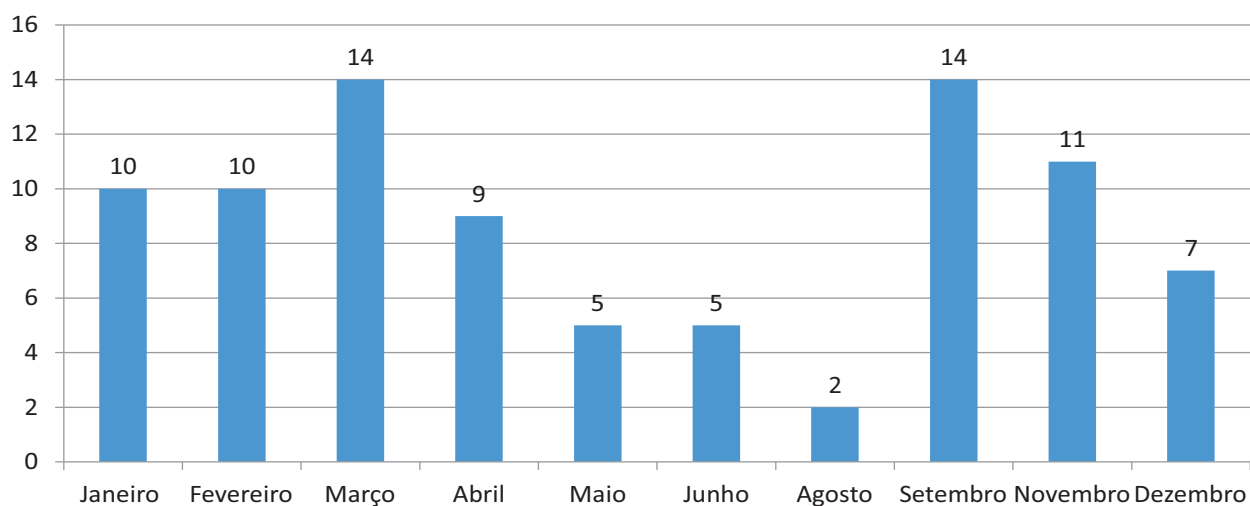
Violência cometida contra Idosos



Violência cometida contra Pessoa com Deficiência



Participantes no Grupo de Pais



CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CENTRO POP)

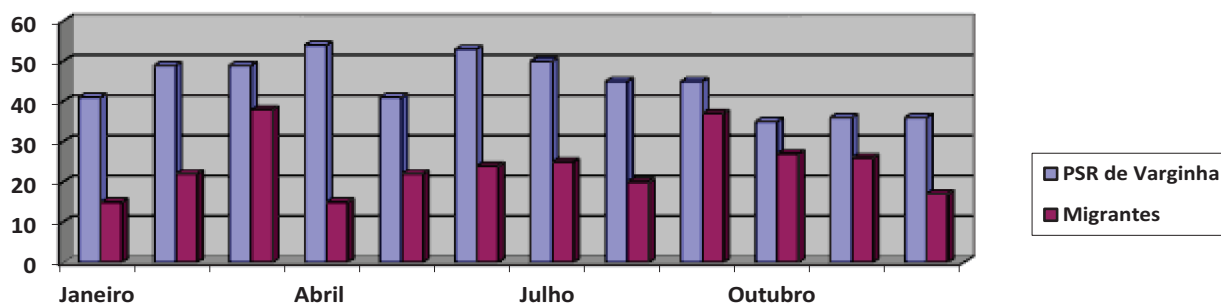
Tabela 14: Indicadores de atendimentos do Centro POP.

Procedimentos	JAN à DEZ 2016
Cadastro Bolsa Família Pessoas em Situação de Rua	74 Usuários
PSRV ⁴ – recebendo o bolsa família	56 Usuários
Número total de pessoas atendidas no ano (PSRV/Migrante)	490
Total de atendimentos realizados no ano	4721
Total de pessoas migrantes atendidos	288
Total de refeições sólidas servidas	4132
Total de lanches servidos	6979

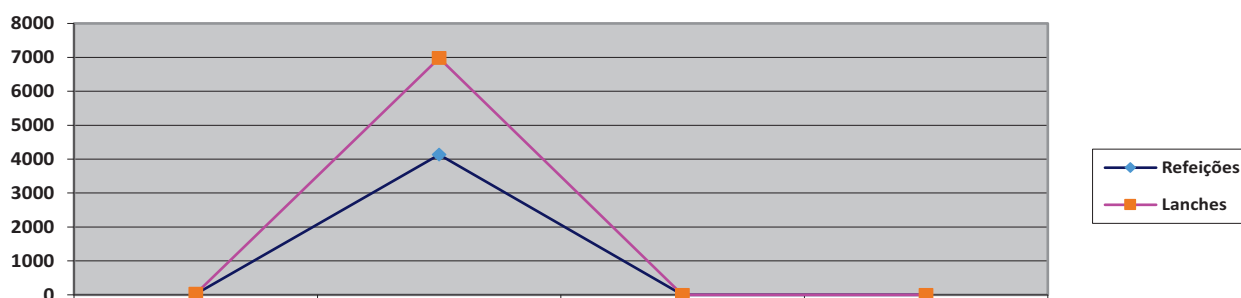
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do relatório anual da unidade 2016.

Abaixo seguem gráficos relativos aos atendimentos realizados no Centro POP no ano de 2016.

Número de pessoas atendidas mensalmente segundo sua origem



Total de refeições e lanches servidos



⁴ Pessoa em Situação de Rua de Varginha – MG.

Tabela 15: Indicadores relativos às Oficinas de Convivência e Socialização.

Atividades ligadas à Oficina de Convivência e Socialização	Nº de usuários participantes
Oficinas de Convivência e Socialização Oficina Mente Sã e Corpo São	68 Usuários
Oficinas de Convivência e Socialização Espelho da vida Frente ao Reflexo das Drogas	11 Usuários
Oficinas de Convivência e Socialização Oficina de Culinária	11 Usuários
Oficina de Convivência e Socialização Projeto Uma Gota de Esperança	25 Usuários
Oficina de Convivência e Socialização Comemoração dos Aniversariantes do Mês	04 eventos
Atividades diversas como: Palestras Participação em simpósios e encontros Corte de Cabelo e Barba Atendimento Médico diferenciado Atividade de lazer/Festiva (Igreja Mártir São Sebastião)	08 eventos 03 eventos 04 eventos 08 eventos 01 eventos

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do relatório anual da unidade 2016.

CONSELHO TUTELAR

Tabela 16: Indicadores relativos aos atendimentos do Conselho Tutelar em 2016.

Indicador	Média	Características
Abuso sexual	1,3	Média mensal.
Abandono de incapaz	1,8	Média mensal.
Abandono intelectual/Evasão escolar	3,3	Média mensal.
Abrigamento	4,4	Média mensal.
Ato infracional	8,4	Média mensal.
Desaparecidos	1,4	Média mensal.

Dificuldade de relacionamento familiar	79,1	Média mensal.
Espancamento	1,6	Média mensal.
Estupro	0,8	Média mensal.
Fuga	4,4	Média mensal.
Gravidez na adolescência	1,7	Média mensal.
Infrequência	59,5	Média mensal.
Maus tratos	6,7	Média mensal.
Problemas sociais	63,5	Média mensal.
Álcool/Drogas	41,9	Média mensal.
Lesão corporal	1,2	Média mensal.
Vaga em Centro Municipal de Educação Infantil e escola	17,9	Média mensal.
Projetos que participamos	6,1	Média mensal.
Informações/Orientações	141,5	Média mensal.
Denúncia não procedente	12	Média mensal.
Solicitação de documentos	6,8	Média mensal.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do relatório mensal de atendimentos da unidade.

5. QUADRO DE METAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

Mediante avaliação das informações do diagnóstico social e indicadores de atendimentos das unidades foi elaborado um quadro lógico com as metas e ações de curto prazo (até um ano); médio prazo (até dois anos) e longo prazo (até três anos), previstas para o quadriênio 2017/2020, conforme apresentação a seguir.

Ação Estratégica 1:

Aprimorar e normatizar o funcionamento dos serviços.



PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Médio Prazo	1. Definir estratégias para ampliação das possibilidades de cursos de capacitação, atividades culturais e esportivas em parceria com instituições especializadas não assistenciais (como escolas técnicas, empresas de capacitação, clubes e escolas de arte, etc.), evitando o modelo da oferta exclusiva pela Assistência Social de atividades que não são de sua expertise.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social; Coordenação da Proteção Social Básica; Coordenação da Proteção Social Especial de Média Complexidade; Coordenação da Proteção Social Especial de Alta Complexidade; Gestor do Cadastro Único e Coordenação da Vigilância Socioassistencial.	* Estruturação da oferta de ações de inclusão produtiva; * Fortalecimento dos vínculos comunitários dos usuários atendidos pelas ações; * Favorecimento da inclusão produtiva dos usuários atendidos e desenvolvimento de sua autonomia; * Redução das situações de vulnerabilidade social e de renda identificadas e consequentemente redução da concessão de benefícios eventuais.	* Identificar possíveis parcerias de empresas, escolas, universidades e outros, que possam ofertar as atividades propostas; * Realizar levantamento de demanda, por território, para acesso aos projetos voltados à inclusão produtiva; * Estabelecer parcerias para oferta de cursos e outras atividades no âmbito da inclusão produtiva; * Criar mecanismos de acesso e participação dos usuários nas ações de inclusão produtiva através da viabilização da estrutura necessária que favoreça sua participação ativa e permanência; * Definir formas de avaliação e monitoramento dos resultados e impactos sociais obtidos com as ações realizadas.

PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Longo Prazo	2. Elaborar Plano Territorial de Desenvolvimento Social para as áreas de referência identificadas como microterritórios prioritários.	Coordenação da Proteção Social Básica; Coordenadores/Técnicos de Referência das unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Apoio: Coordenação da Vigilância Socioassistencial; Gestor do Cadastro Único e Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.	* Maior integração e desenvolvimento social e comunitário nas regiões detectadas como prioritárias no diagnóstico; * Maior mobilização da população, conhecimento e maior acesso aos serviços ofertados pelos CRAS e pela rede de serviços socioassistenciais; * Identificação de demandas da população e elaboração de estratégias para atendimentos dessas demandas.	* Elaborar, de acordo com as possibilidades das equipes existentes, o Plano Territorial de Desenvolvimento Social para os microterritórios prioritários; * Identificar se as equipes existentes são suficientes para atender as demandas dos microterritórios prioritários, avaliando a necessidade de implantação de novas unidades do CRAS; * Realizar ações de cunho especificamente comunitário com ênfase nas regiões detectadas como prioritárias no diagnóstico, sendo estas concretizadas através de projetos específicos para cada ação.

PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Curto Prazo	3. Redefinir os territórios de referência dos CRAS.	Coordenação da Proteção Social Básica. Apoio: Coordenação da Vigilância Socioassistencial e Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.	* Melhor cobertura no atendimento das demandas territorializadas.	* Avaliar a subdivisão atual dos territórios e sua cobertura, identificando se a cobertura é suficiente para as demandas existentes; * Identificar fatores dificultadores do acesso dos usuários aos serviços; * Aferir a necessidade de implantação de novas unidades de CRAS e ampliação do quadro de Recursos Humanos nas unidades já existentes.
Curto Prazo	4. Implantar o Serviço de Abordagem Social do CREAS para identificação de situações trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.	Coordenação da Proteção Social Especial de Média Complexidade e Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.	* Atendimento da demanda de situações de violação de direitos que não chegam até o CREAS por meio de demanda espontânea e/ou encaminhamentos da rede socioassistencial.	* Adequar os recursos humanos de acordo com as necessidades do serviço; * Disponibilizar veículo exclusivo para o serviço; * Criar plano de atuação específico para o serviço.

PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Curto Prazo	5. Implantar equipe de CRAS Volante para cobertura de toda extensão da zona rural do município.	Coordenação da Proteção Social Básica e Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.	* Ampliação do atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social que se encontram em localidades distantes das unidades de CRAS.	* Adequar os recursos humanos de acordo com as necessidades do serviço; * Disponibilizar veículo próprio, exclusivo e adaptado para o serviço; * Criar plano de atuação específico para o serviço.
Curto Prazo	6. Adequar o Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas adultas em situação de rua ou implantar a Casa de Passagem.	Coordenações da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade e Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.	* Cumprimento das metas previstas no plano de reordenamento da unidade.	* Revisar o plano de reordenamento elaborado para o serviço; * Implantar as adequações previstas no plano de reordenamento definindo prazos para execução das metas previstas; * Monitorar e avaliar as adequações realizadas; * Avaliar o serviço após as adequações e definir em relação à manutenção do mesmo ou mudança de modalidade para casa de passagem.

PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Curto Prazo	7. Executar as ações previstas no Plano Decenal Municipal de Atendimento Socioeducativo.	Coordenação da Proteção Social Especial de Média Complexidade; Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social e Rede Socioassistencial.	* Efetivação da prestação do serviço de forma totalizada aos usuários.	* Revisar Plano Decenal Municipal de Atendimento Socioeducativo; * Cumprir as metas previstas no Plano Decenal Municipal de Atendimento Socioeducativo observando os prazos para execução; * Monitorar e avaliar as ações realizadas.
Longo Prazo	8. Ampliar a oferta de vagas da Residência Inclusiva através da criação de uma nova unidade.	Coordenação da Proteção Social Especial de Alta Complexidade e Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.	* Ampliação do atendimento ofertado, reduzindo a demanda reprimida existente no município.	* Estudo de viabilidade. * Implantar nova unidade através da construção de sede própria ou locação de outro imóvel; * Adequar os recursos humanos de acordo com as necessidades do serviço; * Ampliar investimento de recursos.

PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Curto Prazo	9. Realizar reuniões trimestrais de monitoramento e avaliação do Plano Quadrienal de Assistência Social.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social; Conselhos de Direitos; Rede Socioassistencial e parceiros.	* Acompanhamento e monitoramento sistemático do Plano Quadrienal de Assistência Social, revendo as metas e prazos estabelecidos, garantindo a efetiva execução do mesmo.	* Realizar reuniões com todos os atores envolvidos no plano para avaliar e revisar as metas e ações estabelecidas.
Curto Prazo	10. Implantar a inclusão produtiva na Proteção Social Básica.	Coordenações da Proteção Social Básica e Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.	* Inclusão social dos usuários através do resgate de sua cidadania e desenvolvimento social.	* Levantar a demanda de usuários para inserção nas ações de inclusão produtiva, avaliando suas potencialidades; * Levantar a demanda de mercado para elaboração de projetos que as atendam; * Trabalhar a inclusão produtiva conforme orientações técnicas, seguindo os princípios da economia solidária, visando o desenvolvimento social dos indivíduos e fortalecimento das comunidades.

PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Curto Prazo	11. Implantação de ações e projetos no âmbito da Economia Solidária e Empreendimentos Sociais Sustentáveis.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social; Coordenação da Proteção Social Básica; Coordenação da Proteção Social Especial de Média Complexidade; Coordenação da Proteção Social Especial de Alta Complexidade; Gestor do Cadastro Único e Coordenação da Vigilância Socioassistencial.	* Inclusão social e econômica dos usuários através do resgate de sua cidadania e desenvolvimento social.	* Levantar a demanda de usuários para inserção nas ações de economia solidária, avaliando suas potencialidades; * Levantar a demanda de mercado para elaboração de projetos que atendam essa demanda; * Estimular e inserir, através da inclusão produtiva, os usuários em ações que favoreçam o seu desenvolvimento social e comunitário se norteando pelos princípios da Economia Solidária e Empreendedorismo Social, em articulação com o Comitê Municipal de Apoio à Micro, Pequena Empresa e Empreendedor Individual (COMIMPE).

PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Curto Prazo	12. Criação do selo municipal: “Empresa Praticante da Responsabilidade Social”.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social com apoio de todas as coordenações.	* Fortalecer as parcerias com o setor privado através da adoção de projetos sociais da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social por parte das empresas.	* Incentivar às empresas que apoiarem as ações de desenvolvimento social do município; * Articular benefícios para as empresas que possuírem o selo com incentivos fiscais; * Realizar anualmente o fórum empresarial de sensibilização e integração das empresas privadas no processo de inclusão social e econômica e adoção de projetos.
Médio Prazo	13. Implantação de Associações Comunitárias de Economia Solidária.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.	* Redução dos indicadores de exclusão social e econômica.	* Construir a parceria através de projetos inteligentes e sustentáveis por meio coordenadoria de mobilização e construção de parcerias e alianças estratégicas para otimização dos e viabilização de recursos para investimento em projetos e empreendimentos sociais sustentáveis.

PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Curto Prazo	14. Criação do Setor de Captação de Recursos e Estabelecimento de Parcerias Intersetoriais.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.	* Redução dos indicadores de exclusão social e econômica.	* Implantar a coordenadoria de mobilização e construção de parcerias e alianças estratégicas para otimização dos e viabilização de recursos para investimento em projetos e empreendimentos sociais sustentáveis; * Identificar parcerias nacionais e internacionais para organização de um banco de dados referencial para mobilização e captação de recursos; * Implantar serviços que favoreçam e estabeleçam parcerias com o setor público e privado para captação de recursos e apoio às ações da secretaria; * Acompanhamento sistemático das possibilidades de parcerias.

PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Curto Prazo	15. Parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS), com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG).	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.	* Redução dos indicadores de exclusão social e econômica; * Fomento e incremento ao empreendedorismo juvenil.	* Construir a parceria através de projetos inteligentes e sustentáveis por meio coordenadoria de mobilização e construção de parcerias e alianças estratégicas para otimização dos e viabilização de recursos para investimento em projetos e empreendimentos sociais sustentáveis.
Médio Prazo	16. Implantação do Banco Comunitário.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.	* Redução dos indicadores de exclusão social e econômica.	* Construir a parceria através de projetos inteligentes e sustentáveis por meio coordenadoria de mobilização e construção de parcerias e alianças estratégicas para otimização dos e viabilização de recursos para investimento em projetos e empreendimentos sociais sustentáveis.

PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Médio Prazo	17. Implantação do Banco da Mulher.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.	* Redução dos indicadores de exclusão social e econômica. * Fomento e incremento ao empreendedorismo feminino.	* Construir a parceria através de projetos inteligentes e sustentáveis por meio da coordenação de mobilização e construção de parcerias e alianças estratégicas para otimização dos e viabilização de recursos para investimento em projetos e empreendimentos sociais sustentáveis.

Ação Estratégica 2:

Definir e formalizar fluxos e papéis entre a Assistência Social e as demais políticas públicas municipais.



PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Curto Prazo	1. Definir e pactuar protocolos e fluxos de funcionamento, atendimento, encaminhamento, acompanhamento, referência e contrareferência em relação Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar, instituições e demais políticas públicas.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social; Coordenação da Proteção Social Básica; Coordenação da Proteção Social Especial de Média Complexidade; Coordenação da Proteção Social Especial de Alta Complexidade; Gestor do Cadastro Único e Coordenação da Vigilância Socioassistencial.	* Melhor organização na prestação da oferta; * Garantia de atendimento totalizado aos usuários dos serviços conforme previsto nas legislações vigentes; * Efetivação do direito do usuário no que se relaciona ao acesso à informação e segurança de privacidade.	* Identificar os serviços e suas relações com a rede; * Efetivar articulação entre as coordenações e gestor com os demais órgãos para formalização destes protocolos e fluxos através da criação de comitê intersetorial incluindo Assistência Social, Saúde, Educação e demais políticas públicas envolvidas no atendimento aos cidadãos. * Estabelecer pactos formais para os fluxos e protocolos.

Ação Estratégica 3:

**Desenvolver mecanismos participativos
para a gestão da Assistência Social.**



PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Curto Prazo	1. Criar espaços de debate com a comunidade (fóruns/reuniões) de forma que possam ser apresentadas as informações referentes à gestão da assistência social (transparência) e discutido o planejamento das ações dos serviços ofertados pelos diversos equipamentos públicos desta Secretaria.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social; Coordenação da Proteção Social Básica; Coordenação da Proteção Social Especial de Média Complexidade; Coordenação da Proteção Social Especial de Alta Complexidade; Gestor do Cadastro Único e Coordenação da Vigilância Socioassistencial.	* Oportunizar o acesso da população às informações acerca das ações da Política de Assistência Social no Município e sua participação nas ações de planejamento. * Fortalecimento do empoderamento e da participação popular através dos conselhos comunitário revitalizados.	* Agendar reuniões com a comunidade à partir das reuniões trimestrais de avaliação da execução do Plano Quadrienal de Assistência Social.

Ação Estratégica 4:

Aprimorar a gestão de Recursos Humanos.



PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Curto Prazo	1. Criar setor específico destinado à Política de Educação Permanente preconizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.	* Ampliação da qualidade da oferta dos serviços.	* Elaborar Plano Municipal de Educação Permanente do SUAS; * Executar capacitações periódicas para as equipes considerando as especificidades de cada serviço; * Monitorar os resultados e impactos das capacitações nos serviços prestados aos usuários.
Curto Prazo	2. Criar, na estrutura de recursos humanos da Prefeitura Municipal, o cargo de Coordenador no quadro de pessoal da SEHAD para as unidades dos três níveis de proteção social e setores da secretaria.	Poder Executivo e Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.	* Efetivação do que preconizado pela NOB RH SUAS; * Garantia de maior eficácia e qualidade na oferta dos serviços; * Fortalecimento da articulação das unidades com as comunidades através da ampliação do contato suas lideranças.	* Levantar a demanda; * Elaborar a minuta da Lei Municipal para criação dos cargos enviando para a Procuradoria Municipal; * Submeter a mesma ao Poder Legislativo e Executivo.

PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Curto Prazo	3. Criar, na estrutura de recursos humanos da Prefeitura Municipal, o cargo de Orientador Social no quadro de pessoal da SEHAD para as unidades dos três níveis de proteção social e setores da secretaria.	Poder Executivo e Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.	* Efetivar o que preconizado pela NOB RH SUAS. * Garantia de maior eficácia e qualidade na oferta dos serviços; * Garantir o processo de continuidade no atendimento.	* Levantar a demanda; * Elaborar a minuta da Lei Municipal para criação dos cargos enviando para a Procuradoria Municipal; * Submeter a mesma ao Poder Legislativo e Executivo; * Sugerir a realização de concurso público para o cargo.
Médio Prazo	4. Realizar concurso público específico da área de Assistência Social para os seguintes cargos: Assistente Social, Psicólogo, Assessor Jurídico, Orientador Social, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Serviço Público e Motorista.	Poder Executivo e Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.	* Efetivar o que preconizado pela NOB RH SUAS. * Garantia de maior eficácia e qualidade na oferta dos serviços; * Garantir o processo de continuidade no atendimento.	* Levantar a demanda; * Elaborar a minuta da Lei Municipal para criação dos cargos enviando para a Procuradoria Municipal; * Submeter a mesma ao Poder Legislativo e Executivo; * Sugerir a realização de concurso público para os cargos.

PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Curto Prazo	3. Criar, na estrutura de recursos humanos da Prefeitura Municipal, o cargo de Orientador Social no quadro de pessoal da SEHAD para as unidades dos três níveis de proteção social e setores da secretaria.	Poder Executivo e Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.	* Efetivar o que preconizado pela NOB RH SUAS. * Garantia de maior eficácia e qualidade na oferta dos serviços; * Garantir o processo de continuidade no atendimento.	* Levantar a demanda; * Elaborar a minuta da Lei Municipal para criação dos cargos enviando para a Procuradoria Municipal; * Submeter a mesma ao Poder Legislativo e Executivo; * Sugerir a realização de concurso público para o cargo.
Médio Prazo	4. Realizar concurso público específico da área de Assistência Social para os seguintes cargos: Assistente Social, Psicólogo, Assessor Jurídico, Orientador Social, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Serviço Público e Motorista.	Poder Executivo e Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.	* Efetivar o que preconizado pela NOB RH SUAS. * Garantia de maior eficácia e qualidade na oferta dos serviços; * Garantir o processo de continuidade no atendimento.	* Levantar a demanda; * Elaborar a minuta da Lei Municipal para criação dos cargos enviando para a Procuradoria Municipal; * Submeter a mesma ao Poder Legislativo e Executivo; * Sugerir a realização de concurso público para os cargos.

Ação Estratégica 5:

Enfrentar com ações específicas as questões de prioridade identificadas pelo Diagnóstico Social (Pessoas com Deficiência; Tentativas de Suicídio; Gravidez Precoce; Desemprego de Jovens e Adultos; Famílias com Renda Per-capta inferior a meio do salário mínimo; Baixa escolaridade), bem como pensar nas demais prioridades do município (população em situação de rua, medida socioeducativa, violência contra mulher, negligência contra idosos, entre outras).



PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Médio Prazo	1. Estabelecer planos de trabalho e busca ativa, com a participação das diversas secretarias municipais e demais órgãos da rede socioassistencial, a fim de identificar e atender as situações prioritárias apontadas no diagnóstico social, buscando inserção nas ações desenvolvidas nas unidades dos respectivos níveis de proteção e acesso aos benefícios que lhes forem garantidos.	Coordenação da Proteção Social Básica. Apoio: Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social e todas as Coordenações.	* Atender as situações de prioridade apontadas no diagnóstico social.	* Identificar as prioridades apontadas no diagnóstico social, bem como as municipais através da realização de levantamento e, se necessário, pesquisa de campo; * Traçar estratégias e elaborar planos de ação específicos para cada prioridade; * Levantar as ofertas disponíveis na rede socioassistencial para cada público específico; * Realizar ações conjuntas de identificação e busca ativa, acompanhamento e monitoramento das famílias em situação prioritárias, inserindo-as nas ações ofertadas nas unidades da rede socioassistencial visando acesso a benefícios, reintegração, reinserção social e inclusão produtiva.
Curto Prazo	Incrementar as ações de inclusão produtiva para a população em situação de rua.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social; Coordenações da Proteção Social Especial de Média Complexidade e do Centro POP.	* Inclusão social e econômica dos usuários atendidos através do resgate de sua cidadania e desenvolvimento social.	* Realizar curso de Jardinagem e Paisagismo Urbano para população em situação de rua.

Ação Estratégica 6:

Implantar mecanismos e política de gestão de dados e informações dos usuários.



PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Médio Prazo	1. Estabelecer padrão de coleta e registro de dados dos usuários, bem como dos atendimentos prestados, objetivos, metas e resultados obtidos.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social; Coordenação da Proteção Social Básica; Coordenação da Proteção Social Especial de Média Complexidade; Coordenação da Proteção Social Especial de Alta Complexidade; Gestor do Cadastro Único e Coordenação da Vigilância Socioassistencial.	* Garantir maior eficiência e eficácia no atendimento aos usuários com a padronização dos instrumentos de coletas de dados.	* Implantar a “Carteira de Acompanhamento Social” dos beneficiários vinculados ao CAD Único; * Concluir e implantar o fluxo de atendimento e monitoramento dos beneficiários dos programas vinculados ao CAD Único; * Concluir e implantar o fluxo de monitoramento de descumprimento de condicionalidades dos programas vinculados ao CAD Único em parceria com as Políticas Públicas de Saúde e Educação; * Implantar o Prontuários SUAS; * Aperfeiçoar e, se necessário, criar novos instrumentos de registro, avaliação e monitoramento de dados das unidades.

PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Médio Prazo	2. Implantar sistema de registro de informações integrado na rede estatal e não estatal, por meio de uma política progressiva de informatização, gestão de acesso e controle de dados e informações, integrando CAD Único e Vigilância Socioassistencial.	Coordenação da Vigilância Socioassistencial; Gestor do Cadastro Único e Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social. Apoio: Coordenações de todos os níveis de proteção social.	* Favorecer o acesso e agilidade do acesso das equipes às informações relativas aos usuários atendidos; * Prevenir a duplicidade nas ações e concessão de benefícios; * Evitar que as famílias sejam revitimizadas com a exposição das situações vivenciadas em cada unidade de atendimento.	* Implantar banco de dados em todos os equipamentos estatais de assistência social; * Implantar (através de compra ou contratação) um sistema informatizado de registro de informações integrado na rede estatal e não estatal, garantindo a consolidação de uma política progressiva de gestão de acesso e controle de dados e informações, integrando CAD Único e Vigilância Socioassistencial.

Ação Estratégica 7:

Investir na estrutura física da rede de atendimento socioassistencial.



PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Longo Prazo	1. Adquirir, construir ou locar imóvel adequado ao perfeito funcionamento de todas as atividades da secretaria e seus equipamentos.	Poder Executivo e Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.	* Maior eficiência, eficácia e efetividade nos serviços prestados.	* Promover estudos de viabilidade; Identificação de novas fontes de recursos nos níveis estadual e federal; na cooperação internacional e junto às empresas praticantes da responsabilidade social; * Realizar levantamento de áreas para construção; * Identificar de imóveis para locação; * Verificar a possibilidade de ocupação de imóveis ociosos da Prefeitura; * Mobilizar e viabilizar recursos por ementas parlamentares ou fundos federais e estaduais para construção de unidades.

PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Curto Prazo	2. Garantir recursos financeiros para a manutenção e adequação da estrutura física, bens de consumo e permanentes da secretaria e de seus equipamentos.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.	* Maior eficiência, eficácia e efetividade nos serviços prestados.	* Realizar planejamento financeiro garantindo recursos específicos destinados a manutenção da secretaria e de seus equipamentos.
Médio Prazo	3. Implantar unidade (s) de CRAS em conformidade com redimensionamento dos territórios.	Poder Executivo e Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.	* Maior eficiência, eficácia e efetividade nos serviços prestados. * Ampliação da oferta na proporcionalidade da demanda.	* Promover estudos de viabilidade; Identificação de novas fontes de recursos nos níveis estadual e federal; na cooperação internacional e junto as empresas praticantes da responsabilidade social; * Implantar novas unidades através da construção de sede própria, locação de imóveis ou possibilidade de ocupação de imóveis ociosos da Prefeitura; * Adequar os recursos humanos de acordo com as necessidades das novas unidades; * Potencializar investimentos e mobilização de recursos.

PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Curto Prazo	4. Implantar unidade (s) de acolhimento na modalidade de Casa Lar, em conformidade com as demandas e adequá-las a realidade social do município.	Poder Executivo e Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.	* Maior eficiência, eficácia e efetividade nos serviços prestados. * Ampliação da oferta na proporcionalidade da demanda.	* Promover estudos de viabilidade; Identificação de novas fontes de recursos nos níveis estadual e federal; na cooperação internacional e junto as empresas praticantes da responsabilidade social; * Implantar novas unidades através da construção de sede própria, locação de imóveis ou possibilidade de ocupação de imóveis ociosos da Prefeitura; * Adequar os recursos humanos de acordo com as necessidades das novas unidades; * Avaliar as necessidades de adequação nas unidades existentes e executando-as; * Potencializar investimentos e mobilização de recursos.

PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Curto Prazo	5. Ofertar estrutura de informática e multimídia adequada, garantindo o funcionamento dos sistemas informatizados já utilizados e os que serão implantados.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.	* Qualificação na oferta do serviço e maior aproveitamento do tempo.	* Avaliar necessidades dos equipamentos e serviços de informática necessários para cada setor; * Realizar readequações necessárias através da aquisição de equipamentos e serviços.
Médio Prazo	6. Implementar a acessibilidade física e comunicacional às pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social e Setor de Acessibilidade e Mobilidade Urbana.	* Melhoria no atendimento às pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais.	* Adequar a estrutura física dos equipamentos para maior acessibilidade das pessoas com deficiência; * Ofertar aperfeiçoamento aos profissionais para melhor atendimento às pessoas com deficiência; * Apoiar e executar ações que possibilitem a inserção das pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais no mercado de trabalho.

Ação Estratégica 8:

**Redefinir a relação com as entidades
não governamentais conveniadas.**



PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Médio Prazo	1. Estabelecer política de convênios da Assistência Social voltados a atender às necessidades territoriais de cada nível de proteção, definindo nos convênios o público atendido e os serviços prestados.	Poder Executivo e Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.	* Aperfeiçoamento da gestão de convênios otimizando a prestação de serviços.	* Definir princípios e diretrizes para estabelecimento de convênios de acordo com as legislações vigentes; * Avaliar necessidades quanto à adequação e reformulação dos convênios; * Realizar readequações necessárias.
Longo Prazo	2. Integrar as entidades conveniadas em Proteção Social Básica aos Planos Territoriais de Desenvolvimento Social, sob coordenação dos CRAS.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social e Coordenação da Proteção Social Básica.	* Aperfeiçoamento da gestão de convênios otimizando a prestação de serviços.	* Definir protocolos e diretrizes para integração das entidades na execução dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Social; * Executar os Planos Territoriais de Desenvolvimento Social de forma participativa com as entidades conveniadas.

PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Médio Prazo	3. Determinar protocolos de atendimento, qualidade, objetivos e metas em cada convênio, bem como a definição dos atendidos, de acordo com as demandas da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social, dentro dos parâmetros da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.	Poder Executivo e Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.	* Aperfeiçoamento da gestão de convênios otimizando a prestação de serviços.	* Definir princípios e diretrizes para estabelecimento de convênios de acordo com as legislações vigentes; * Avaliar necessidades quanto à adequação e reformulação dos convênios; * Realizar readequações necessárias.

Ação Estratégica 9

**Implantar procedimentos permanentes
de Vigilância Socioassistencial.**



PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Curto Prazo	1. Adequação e normatização do Setor de Vigilância Socioassistencial.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social e Coordenação da Vigilância Socioassistencial.	* Qualificação na oferta do serviço, garantindo o cumprimento do que é previsto nas normativas e legislação vigentes.	* Adequar os recursos humanos de acordo com as necessidades do serviço; * Garantir estrutura física e equipamentos necessários para aprimoramento dos serviços prestados; * Implantação de sistema informatizado de monitoramento.

Ação Estratégica 10:

Dimensionar as propostas orçamentárias da Assistência Social de acordo com o Plano Municipal de Assistência Social.



PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Curto Prazo	1. Realizar estudo dos recursos de investimento e custeio da Assistência Social no município, das diferentes fontes, e elaborar propostas orçamentárias para a viabilização do presente Plano Municipal.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social.	* Garantia de recursos para execução do plano.	* Manter o planejamento e monitoramento constante dos recursos visando a execução dos serviços e ações previstos no plano.

Ação Estratégica 11:

Aperfeiçoar os serviços do Setor de Segurança Alimentar



PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Curto Prazo	1. Executar, em parceria com a Proteção Social Básica, o Projeto Estruturante Matricial “Horta Comunitária Orgânica” no Centro de Convivência do Idoso (CCI).	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social; Coordenação da Proteção Social Básica; Coordenação do CCI e Chefe do Setor de Controle e Fiscalização Alimentar.	* Inclusão social e econômica dos usuários atendidos através do resgate de sua cidadania e desenvolvimento social. * Multiplicação do projeto em demais localidades do município.	* Estabelecer parcerias para implantação da “Horta Comunitária Orgânica” no Centro de Convivência do Idoso (CCI); * Executar o projeto de modo a fomentar o desenvolvimento social dos usuários e comunidades envolvidas.

PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Longo Prazo	2. Adequação e normatização do Banco de Alimentos através da construção de sede própria que ofereça estrutura física e quadro de recursos humanos adequados a todos os serviços a serem executados na unidade.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social e Chefe do Setor de Controle e Fiscalização Alimentar.	* Maior eficiência, eficácia e efetividade nos serviços prestados.	* Promover estudos de viabilidade; Identificação de novas fontes de recursos nos níveis estadual e federal; na cooperação internacional e junto as empresas praticantes da responsabilidade social; * Implantar unidade específica para o Banco de Alimentos através da construção de sede própria ou possibilidade de ocupação de imóvel ocioso da Prefeitura que atenda às necessidades deste serviço; * Adequação dos recursos humanos de acordo com as necessidades do serviço; * Potencializar investimentos e mobilização de recursos.

PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Médio Prazo	Rever a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional pensando novas estratégias de atuação inclusive no que tange ao fornecimento de benefícios eventuais nesta área, observando as legislações vigentes, estrutura física e de recursos humanos necessários.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social e Chefe do Setor de Controle e Fiscalização Alimentar.	* Maior eficiência, eficácia e efetividade nos serviços prestados.	* Rever as legislações vigentes no âmbito de Segurança Alimentar e Nutricional; * Adequar a prestação do serviço municipal de Segurança Alimentar e Nutricional às legislações federais; * Rever necessidade de adequação na Lei Municipal de Benefícios Eventuais no âmbito de Segurança Alimentar e Nutricional; * Adequar os recursos humanos e a estrutura de acordo com as necessidades do serviço.

Ação Estratégica 12:

Aperfeiçoar os serviços do Departamento de Habitação.



PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Curto Prazo	1. Executar o Projeto Técnico Social do Residencial Carvalhos através do Projeto Estruturante Matricial “Tenda do Saber Novo”.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social; Coordenação da Proteção Social Básica e Chefe do Departamento de Habitação.	* Qualificação na oferta do serviço, garantindo o cumprimento do que é previsto nas normativas e legislação vigentes.	* Implantar a “Tenda do Saber Novo” no Residencial Carvalhos como Projeto Estruturante Matricial para demais localidades; * Criar a Associação Cooperativa de Economia Solidária das Mulheres dos Residenciais Carvalhos, Cruzeiro do Sul e Novo Tempo.
Médio Prazo	2. Executar o Projeto Técnico Social do Residencial Cruzeiro do Sul através da ampliação do Projeto Estruturante Matricial “Tenda do Saber Novo”.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social; Coordenação da Proteção Social Básica e Chefe do Departamento de Habitação.	* Qualificação na oferta do serviço, garantindo o cumprimento do que é previsto nas normativas e legislação vigentes.	* Ampliar a execução do Projeto Estruturante Matricial “Tenda do Saber Novo”; * Ampliar a execução do Projeto da Associação Cooperativa de Economia Solidária das Mulheres dos Residenciais Carvalhos, Cruzeiro do Sul e Novo Tempo.

PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Longo Prazo	3. Executar o Projeto Técnico Social do Residencial Novo Tempo através da ampliação do Projeto Estruturante Matricial “Tenda do Saber Novo”.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social; Coordenação da Proteção Social Básica e Chefe do Departamento de Habitação.	* Qualificação na oferta do serviço, garantindo o cumprimento do que é previsto nas normativas e legislação vigentes.	* Ampliar a execução do Projeto Estruturante Matricial “Tenda do Saber Novo”; * Ampliar a execução do Projeto da Associação Cooperativa de Economia Solidária das Mulheres dos Residenciais Carvalhos, Cruzeiro do Sul e Novo Tempo.
Curto Prazo	4. Executar a revisão das legislações específicas da área de habitação para adequação à realidade social atual do município.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social e Chefe do Departamento de Habitação.	* Qualificação na oferta do serviço, garantindo o cumprimento do que é previsto nas normativas e legislação vigentes.	* Revisar as Leis Municipais: 2.357/93, 2.855/96, 2.864/96, 3.076/98, 4.019/03 e demais pertinentes à área para regulamentação da Política Habitacional do município; * Fazer minutas das alterações necessárias; * Envio das minutas para Procuradoria Municipal; * Submeter as alterações à avaliação e aprovação do Poder Legislativo e Executivo.

PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Curto Prazo	5. Lavrar 1371 escrituras que se encontram pendentes dos bairros: Damasco, Imaculada Conceição II, Jardim Corcetti, Jardim Primavera, Padre Vitor, Santa Maria, Santa Terezinha, São Francisco, São Sebastião e Vila Registânea, bem como de 231 lotes localizados no Jardim Damasco.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social e Chefe do Departamento de Habitação.	* Regulamentação da situação habitacional de 1371 munícipes; * Ampliação de arrecadação de impostos relativos aos imóveis regularizados.	* Revisar as pendências relativas às escrituras; * Efetivar a regularização das pendências.
Curto Prazo	6. Regularizar conjuntos habitacionais através da informatização dos documentos e averiguação dos demais procedimentos necessários, referente aos bairros: Corredor São José, Parque Rinaldi, URIAP, Vargem, Vila Vicentina.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social e Chefe do Departamento de Habitação.	* Regulamentação da situação dos conjuntos habitacionais pendentes; * Ampliação de arrecadação de impostos relativos aos imóveis regularizados.	* Revisar as pendências relativas aos conjuntos habitacionais; * Efetivar a regularização das pendências.

PRAZO	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PREVISTAS
Curto Prazo	7. Identificar todos os imóveis pertencentes a Prefeitura do Município de Varginha que se encontram ociosos ou regime de comodato para avaliar a possibilidade de alocação de equipamentos públicos nos mesmos.	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social e Chefe do Departamento de Habitação.	* Identificação dos imóveis da Prefeitura que se encontram sob cuidados de terceiros e/ou em situação de abandono; * Economia de recursos financeiros que atualmente são utilizados para pagamento de aluguéis.	* Identificar todos os imóveis pertencentes a Prefeitura do Município de Varginha que se encontram ociosos ou regime de comodato; * Realizar procedimentos necessários para reaver os imóveis; * Realizar procedimentos necessários para ocupação dos imóveis por equipamentos públicos.

6 INDICADORES DE MONITORAMENTO DE AVALIAÇÃO

O monitoramento consiste no acompanhamento contínuo, por parte de gestores e coordenadores, do desenvolvimento dos serviços, programas e benefícios em relação ao cumprimento de seus objetivos e metas. É uma função inerente à gestão, devendo ser capaz de prover informações que permitam a adoção de medidas corretivas para melhorar a qualidade, eficiência e eficácia dos serviços, programas e benefícios.

O monitoramento deste plano ocorrerá em todo o período de sua execução para verificação do processo e, à medida da necessidade, adoção das providências cabíveis.

A cada trimestre será feita avaliação do cumprimento das metas estabelecidas neste plano e, caso necessário, será proposta sua revisão.

Como forma de melhor desenvolver essa dinâmica de monitoramento e avaliação, será proposta a constituição de um processo participativo de avaliação do Plano, através da composição de comissão de acompanhamento que contemple representação dos diversos segmentos envolvidos na política, tais como: trabalhadores, gestores, prestadores de serviços e usuários, garantindo representatividade do Conselho Municipal de Assistência Social.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação das metas estabelecidas neste Plano impactará na efetiva garantia de direitos de cidadania à parcela da população atendida pela Política Municipal de Assistência Social de Varginha, na medida em que implicará na ampliação e qualificação do seu atendimento e consequente inserção/alcance pelas demais Políticas Públicas, bem como melhoria do acesso às riquezas socialmente produzidas. Em última instância, a plena execução deste planejamento contribuirá para reduzir desigualdades e iniquidades, ampliando os níveis de cidadania, justiça e desenvolvimento social em nossa cidade.

REFERÊNCIAS

IBGE. **CIDADES**. Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_EN>. Acesso em: 12 out. 2016.

DEEPASK. **O MUNDO E AS CIDADES ATRAVÉS DE GRÁFICOS E MAPAS**.

Disponível em: <<http://www.deepask.com/>>. Acesso em: 1 out. 2016.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. **Perfil Municipal**. Disponível em:

<<http://www.numeros.mg.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=MapaResultados.qvw&host=QVS@vm13532&anonymous=true>>. Acesso em: 16 out. 2016.

ATLAS BRASIL. **IDHM**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 17 set. 2016.

DATASUS. **SIM**. Disponível em: <<http://datasus.saude.gov.br/>>. Acesso em: 23 set. 2016.

INEP. **IDEB**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

SEDS, Secretaria do Estado -. **Prevenção em números**. Disponível em:

<<http://www.seds.mg.gov.br/>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

[Brasília, DF: Senado Federal, 1988]. Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/legislacao/const/>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. Lei n°. 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 dez. 2011. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n°. 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ano 146, n. 225, 25 nov. 2009. Seção 1, p. 1-43

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. NOB SUAS. Brasília, DF: MDS: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS). Brasília, DF: MDS: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). Brasília: MDS: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013.

_____. Lei nº. 12.435, de 06 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. [Brasília, DF: Presidência da República, 2011]. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm>. Acesso em: 15 jan. 2017.

ANEXOS

ANEXO A: Resolução Nº 02/2017 – Conselho Municipal de Assistência Social de Varginha, MG (CMAS).

ANEXO B: Projetos Estruturantes Matriciais (São projetos inovadores e transformadores, cuja finalidade é produzir uma metodologia que possa ser reaplicada com eficiência, eficácia e efetividade).

- Projeto Estruturante “TENDA DO SABER NOVO”.
- Projeto Estruturante “CENTRO POP – QUALIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA ATRAVÉS DE CURSO DE JARDINAGEM E PAISAGISMO URBANO”.
- Projeto Estruturante “INCLUSÃO PRODUTIVA DE IDOSOS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO”.



Conselho Municipal de Assistência Social

Av. Benjamin Constant, 1000, 2º Bloco, sala 12, Centro
37.010-000 - Varginha - MG (Terminal Rodoviário)
Fone: (35) 3690-1430
E-mail: cmas@varginha.mg.gov.br

Resolução nº02/2017 - Conselho Municipal de Assistência Social de Varginha - CMAS

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, *no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 8.742/93, de 07 de dezembro de 1993, e pelo Artigo 5º – inciso IV da Lei Municipal nº 5.264, de 25 de novembro de 2010, e conforme deliberação da sua 276ª Plenária Ordinária, realizada no dia vinte e dois de fevereiro de 2017,*

Resolve:

Artigo 1º – Aprovar o seguinte documento:

1 – PLANO MUNICIPAL QUADRIENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE VARGINHA – MG. - 2017 – 2020.

Artigo 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Varginha, 22 de fevereiro de 2017.

Rodrigo Olegário da Silva
Presidente do CMAS

RESIDENCIAL CARVALHOS RECEBERÁ O PROJETO "TENDA DO SABER NOVO" (Espaço de Inclusão Social, Econômica e Cidadã).



A tenda tem estrutura aberta, leve, modular e multiuso, informal e democrática, que proporciona uma sensação de acolhimento espontâneo e fraterno. É o tipo de equipamento apropriado para abrigar projetos, empreendimentos e ações de sensibilização, mobilização, conscientização, engajamento e participação das pessoas da comunidade em projetos e ações que visam a inclusão social, econômica e cidadã e as transforma em atores e protagonistas do processo de melhoria da própria qualidade de vida e da comunidade onde habita.

Para recompor o tecido social dilacerado Do Residencial Carvalhos, eliminar as raízes da exclusão social, as matrizes da violência, a captação dos jovens pelo tráfico de drogas, inserir as mulheres na inclusão produtiva através da economia solidária e construir os alicerces da paz no Residencial Carvalhos, reduzindo os marcantes índices de vulnerabilidade social, a Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social - SEHAD implantará naquela comunidade o projeto "Tenda do Saber Novo", em cujo espaço serão desenvolvidas as seguintes atividades: a) Cursos e oficinas de designer gráfico, web designer, curso 3D Game Studio, curso 3D Games, curso 3D Max * e oficinas de desenvolvimento de aplicativos, para jovens de 16 a 21 anos; b) Curso de Moda Artesanal:

roupas artesanais, presentes artesanais, bolsas artesanais, acessórios da moda e vestuários, carteiras, porta-celulares e reciclagem de roupas com aplicação de acessórios artesanais, para mulheres em situação de desemprego e sem perspectivas de inclusão no mercado de trabalho pela falta de habitação profissional; c) Exibição de filmes educativos e sessões cinematográficas para o lazer da comunidade; d) Reuniões, oficinas e eventos de Educação para a Cidadania.

Este Projeto integra o **“PLANO QUADRIENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 2017/2020.”**



CENTROPOP QUALIFICARÁ MÃO DE OBRA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA ATRAVÉS DE CURSOS DE JARDINAGEM E PAISAGISMO URBANO



O **Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP)** do município de Varginha, Minas Gerais, integrante da SEHAD, foi implantado definitivo em 28/04/2014, estando atualmente localizado à Avenida Francisco Gonçalves Valim, nº 120, no bairro Resende.

O Centro POP é uma das unidades de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, que compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Possui caráter público estatal e tem um importante papel no alcance dos objetivos da Política Nacional para atendimentos à População em Situação de Rua.

As ações desenvolvidas pelo Centro POP devem integrar-se às demais ações da Política de Assistência Social, dos órgãos de defesa de direitos e das demais Políticas Públicas – saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional, de modo a compor um conjunto de ações públicas de promoção de direitos que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidades dessa população, visando à construção de novas trajetórias de vida (Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP, 2011, p. 10).

Em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), define-se população em situação de rua como o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Com embasamento na metodologia e nas diretrizes técnicas e operacionais do **PLANO QUADRIENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 2017/2020**, a população em situação de rua, acolhida no Centro POP, frequentará os **Cursos de Jardinagem e Paisagismo Urbano**, que serão ministrados de forma prática e objetiva, diretamente nos jardins e praças públicas do município, contribuindo, desta forma, para a humanização e revitalização dos espaços urbanos aviltados e degradados.

Ao final de cada Curso as pessoas em situação de rua receberão o **Certificado de Habilitação Profissional em Jardinagem e Paisagismo Urbano**, aptos para a inclusão e inserção no mercado de trabalho e para o resgate da autoestima e da cidadania.

Abaixo, Conteúdo Programático do curso de JARDINAGEM E PAISAGISMO URBANO:

- Plantio de mudas
- Hidrocultura básica
- Princípios de botânica
- Construção de composteiras
- Jardinagem em ambientes internos
- Manual de plantas
- Os caminhos do jardim: traçado e tipos de materiais
- Formação de canteiros ornamentais
- Bonsai
- Espécie de plantas adequadas para tipo de jardim
- Cactos e suculentas
- Como efetuar o plantio de mudas em vasos
- Multiplicação por estaca lenhosa e herbácea



- Enxertia de cítrico por borbulha
- A composição de arranjos de plantas em vasos
- Plantas anuais e perenes
- Poda em diferentes tipos de plantas
- Multiplicação e reprodução de plantas
- Análise de fertilidade e deficiência do solo
- Métodos de adubação e produção de húmus
- Diagnóstico e tratamento de doenças e pragas
- Distanciamento, dimensões e adubação
- Meio de cultura

CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSO SERÁ MODELO EM MINAS GERAIS



O CCI que acolhe presentemente pessoas da terceira idade que desenvolvem atividades artesanais e lúdicas, de acordo com as novas diretrizes de trabalho da SEHAD e o CCI - Centro de Convivência de Idoso de Varginha passará a ter atividades fisioterápicas e de produção inclusiva nos setores do artesanato, da gastronomia e da agricultura orgânica.

Para tanto um agrônomo aposentado, voluntário social, proporcionará aulas e oficinas práticas para produção de hortaliças e legumes orgânicos, aproveitando uma imensa área existente em terreno localizado no entorno do imóvel onde funciona o CCI.

A casa, situada no lote final deste terreno será totalmente restaurada e nela será instalada um núcleo de gastronomia típica e regional para a produção de doces, produtos artesanais derivados do milho e do café.

A fisioterapeuta coordenadora da unidade proporcionará um conjunto de atividades físicas e apropriadas às pessoas da terceira idade, visando mantê-las ágeis e dinâmicas.

Cinquenta por cento da produção do CCI será utilizada para consumo dos idosos e suas famílias e outros 50% será comercializada para gerar renda para os próprios beneficiários e para a manutenção dos serviços desenvolvidos na unidade.

A horta orgânica instalada no CCI será um dos pontos altos e relevantes do trabalho a ser desenvolvido no resgate da cidadania e na inclusão social e econômica dos idosos acolhidos no CCI, através do **“PLANO QUADRIENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 2017/2020.”**

Ação e Socialidade





2017 / 2020

